



UNIVERSIDADE D  
**COIMBRA**

Murilo Rosa Macêdo

**O MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DE ESCOLAS  
EM GOIÁS:  
RESISTÊNCIA DESDE AS ESCOLAS PARA AS REDES**

Dissertação no âmbito do Mestrado em Sociologia orientada pelo  
Professor Doutor Elísio Estanque e apresentada à Faculdade de  
Economia da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2020





FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Murilo Rosa Macêdo

## **O Movimento de Ocupação de Escolas em Goiás: resistência desde as escolas para as redes**

Dissertação no âmbito do Mestrado em Sociologia orientada pelo professor doutor Elísio Estanque e apresentada À Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Coimbra, outubro de 2020



## Sumário

Agradecimentos .....	I
Resumo .....	II
Abstract .....	IV
Introdução .....	1
<b>1   As Primaveras Populares na Sociedade em Rede .....</b>	<b>3</b>
1.1 A Sociedade Conectada ou a Sociedade em Rede .....	3
1.2 A Cibercultura .....	11
1.3 Cibercultura e Movimentos Sociais .....	18
1.4 “Democracia em Vertigem”: novos movimentos sociais brasileiros .....	24
1.5 Os caminhos da Pesquisa .....	30
<b>2   A Proposta de Terceirização do Ensino Secundário em Goiás .....</b>	<b>33</b>
2.1 O Avanço neoliberal sobre o Estado Brasileiro .....	33
2.2 <i>As condições das escolas goianas: matéria prima para fabricar rebeldes</i> .....	44
2.3 A Tentativa de terceirização das escolas pelo governo estadual .....	49
<b>3   Secundaristas em Luta-GO .....</b>	<b>53</b>
3.1 As Primeiras tentativas de diálogo .....	53
3.2 Os exemplos de como se fazerem ouvir .....	55
3.3 A Ocupação das escolas pelos estudantes .....	58
<b>4   O Movimento de Ocupação de Escolas em Goiás .....</b>	<b>61</b>
4.1 A Organização do Movimento de Ocupação de Escolas em Goiás .....	61
4.2 O Apoio da Sociedade para as ocupações de Escolas .....	64
4.3 A Relação com outros Movimentos Sociais Organizados .....	67
4.4 Ocupados e Conectados .....	69
4.5 A Relação com os Media .....	71
4.6 As Consequências do Movimento de Ocupação de Escolas nas trajetórias de seus protagonistas .....	73
Conclusão .....	76
Referências Bibliográficas .....	78
Apêndices .....	83

## **Agradecimentos**

Agradeço a realização deste trabalho primeiramente aos estudantes secundaristas que, muito mais de haverem inspirado este trabalho, inspiraram toda uma geração de goianos.

Ao Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos que permitiu a minha ausência durante dois anos para que pudesse aprofundar meus conhecimentos e ter excelente experiência de vida em Coimbra.

Aos professores Paulo Peixoto e Paula Abreu, coordenadores do Mestrado em Sociologia da Universidade de Coimbra durante meu período de estudos que sempre se mostraram solícitos e prestativos para resolverem as peculiaridades de minha situação.

Ao professor Elísio Estanque que expandiu minha percepção sobre juventude, o ciberespaço e os movimentos sociais.

À minha mãe, mulher que muito admiro e sempre me apoiou durante minha passagem por esse mundo.

À minha companheira Mari que sempre me apoiou, mesmo à distância, e nos momentos mais difíceis. Sem você essa dissertação não seria possível.

Postumamente agradeço a meu pai e minha madrinha Sara os seres humanos mais belos que conheci.

## Resumo

As tecnologias da informação e comunicação vêm transformando a sociedade das mais variadas formas e criando o que já se tornou comum chamar de uma "cibercultura". A comunicação pela internet está criando um impacto na sociabilidade humana comparável à invenção da escrita. Isso se deve ao fato de a internet proporcionar, pela primeira vez na história, a comunicação horizontal de indivíduos em rede e que conjuga na comunicação os mais variados elementos como a escrita, a fala e o audiovisual.

As organizações e instituições tradicionais, que foram forjadas durante o modo de desenvolvimento industrial estão sendo desestruturadas por essa nova forma de organização societal, que se dá em rede. A automação, que torna menos importante a ação de pessoas, por mais importantes que sejam os cargos que elas ocupam. As mudanças tecnológicas implicam novas formas de percepção do espaço e do tempo que virtualmente anulam as fronteiras e distâncias geográficas contribuem para a perda de poder e soberania dos Estados-Nação assim como de outras instituições como sindicatos, partidos políticos e o próprio funcionamento da democracia.

Essa mudança em todos os aspectos da sociedade é conhecida pelo nome de cibercultura. Os movimentos sociais também são influenciados pela cibercultura. A forma de concepção, atuação assim como as pautas dos movimentos sociais têm mudado devido à sua inserção na sociedade em rede. Assim como foi novidade a ocupação de escolas secundárias por parte de estudantes no estado de Goiás entre 2015 e 2016.

Desta a forma esta pesquisa tem por objetivo analisar as formas de organização e atuação do movimento de ocupação de escolas secundárias em Goiás, em especial a ocupação dos espaços físicos das escolas assim como o uso das redes sociais digitais no processo de resistência frente à proposta do governo estadual de terceirização das escolas públicas de ensino médio do estado de Goiás.

Esta pesquisa é um estudo de caso de caráter qualitativo cuja fonte principal de dados foram 12 entrevistas em profundidade realizadas com participantes do movimento de ocupação de escolas de Goiás. As entrevistas revelaram um grande repertório de ação coletiva por parte dos integrantes do movimento de modo que, ao contrário do que diz parte da literatura sobre movimentos sociais na era da informação,

a internet não foi o principal meio de atuação do movimento, mas apenas foi incorporado como uma ferramenta a mais de atuação, especialmente para a expansão de laços fracos como forma de angariar doações necessárias para a continuidade das ocupações bem como colaborar na disputa de narrativas na sociedade e fazer avançar suas pautas.

**Palavras-chave:** Cibercultura; Sociedade em Rede; Movimentos Sociais; Ocupação de Escolas; Primavera Secundarista.



## **Abstract**

Information and communication technologies have been transforming society in the most varied ways and creating what has already become common to call a “Cyberculture”. Internet communication is creating an impact on human sociability comparable to the invention of writing. This is due to the fact that the internet provides, for the first time in history, horizontal communication of individuals in a network and which combines in communication the most varied elements such as writing, speech and audiovisual;

Traditional organization and institutions, which were forged during the industrialism development, are being disrupted by this new form of societal organization, which takes place in a network. Automation, which makes people less important, no matter how important the positions they occupy, and the new forms of perception of space and time that virtually nullify geographical boundaries and distances contribute to the loss of power and sovereignty of Nation-states as well as other institutions such as unions, political parties and the very functioning of democracy.

This change in all aspects of society is known as cyberculture. Social movements are also influenced by cyberculture. The form of conception, performance as well as the agendas of social movements have changed due to the insertion in their networked society. Just as the occupation of secondary schools in the state of Goiás between 2015 and 2016 was new.

Thus this research aims to analyze the forms of organization and performance of the occupation movement of secondary schools in Goiás, in particular the occupation of physical spaces of the schools as well as the use of digital social networks in the resistance process against the proposal of the state government of outsourcing of public high schools in the state of Goiás.

This research is a qualitative case study whose main source of data was 12 in-depth interviews conducted with participants from the movement for the occupation of schools in Goiás. The interviews revealed a large repertoire of collective action by the members of the movement so that, contrary to what is said in the literature on social movements in the information age, the internet was not the movement’s main means of action, but it was only incorporated as an additional tool of action, especially for the

expansion of the weak ties as a way to collect necessary donations for the continuity of the occupations as well as to collaborate in the dispute of narratives in society and to advance their agendas.

**Keywords:** Cyberculture; Network Society; Social Movements; School occupation; Secondary Spring.



## **Introdução**

A humanidade vive um de seus momentos de maiores transformações. A transformação tecnológica é tal que se pode mesmo dizer que estamos construindo uma forma de nos relacionar uns com os outros, uma nova cultura, uma cibercultura. No ano de 2015, o Brasil e o estado de Goiás em particular, viveram um momento de grande ebulição social em que as novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) tiveram grande importância no desenrolar dos acontecimentos. Esse foi o caso do movimento de ocupação de escolas de Goiás.

A nova onda neoliberal tomava conta da sociedade brasileira após anos de um governo progressista na esfera federal. Nas esferas subnacionais, onde havia governos já alinhados à ideia de um Estado menos provedor aos direitos da população, o caminho parecia aberto a se fazer qualquer mudança ou experimentação de política pública que levasse primeiramente em consideração o mercado. Parecia aberto, mas jovens cidadãos se levantaram para dizer que ainda havia consciência e disposição na sociedade para lutar pelos seus direitos.

Os exemplos de luta não faltavam. Desde 2011 o mundo vinha presenciando uma onda de revoltas populares em países tão distintos quanto o Egito e os Estados Unidos da América. De Túnis a Los Angeles, do Cairo à Madrid, de Damasco a Lisboa as pessoas se levantavam para exigir mais direitos e mais democracia. Cidades com culturas muito distintas, mas todas imersas na cibercultura.

Em 2013 foi a vez de dois países também bastantes diferentes, a Turquia e o Brasil protagonizaram suas primaveras. Em grande parte desses casos é difícil compreender uma vitória concreta que esses movimentos conseguiram. Porém, se há uma coisa certa é que toda luta popular acumula forças para a luta seguinte. Pois no mês de novembro de 2015 estudantes paulistas se inspiraram no que estudantes chilenos haviam feito em 2006 e decidiram que se o governo fosse fechar suas escolas eles as ocupariam para que elas permanecessem abertas. Um mês depois, os alunos goianos também experimentaram essa forma de luta.

Dessa forma, a presente pesquisa tem por objetivo analisar as formas de organização e atuação do movimento de ocupação de escolas secundárias em Goiás, em especial a ocupação dos espaços físicos das escolas bem como o uso das redes sociais digitais no processo de resistência frente à proposta do governo estadual de

terceirização das escolas públicas de ensino médio do estado de Goiás. O movimento de ocupação de escolas secundárias ocorreu entre os anos de 2015 e 2016. Essas ocupações foram feitas pelos próprios alunos secundaristas cuja faixa etária se iniciava ao redor dos 13 anos de idade.

Este trabalho é composto, além desta introdução, por quatro capítulos e sua conclusão. No primeiro capítulo se discutirá o que é esta sociedade conectada em que vivemos, como ela foi concebida, como ela influencia em nossas vidas, o que é a cibercultura. Além disso discutiremos os movimentos sociais ocorridos na segunda década do século XXI e a influência das ferramentas digitais para a concepção dos mesmos.

No segundo capítulo será discutido a proposta de terceirização proposta pelo governo de Goiás que levou à indignação dos estudantes e os provocou a ocuparem as escolas. Para tanto, discutirá a atuação do Estado brasileiro, seu projeto incompleto de construção do Estado de Bem Estar Social e a nova ofensiva neoliberal sobre a sociedade brasileira. Também apresentaremos a precariedade em termos de infraestrutura escolar a que estavam submetidos os estudantes goianos. Além desses aspectos discutiremos o modelo já implantado de terceirização escolar em Goiás, as escolas militares.

O terceiro capítulo é composto por 3 seções em que são discutidas as primeiras formas de manifestação contra o projeto de terceirização escolar. As influências que inspiraram os jovens estudantes goianos a se mobilizarem em prol de suas pautas e como se deu o processo de ocupação das escolas.

No quarto e último capítulo aprofunda-se na organização do movimento de ocupação de escolas. Discute-se como os estudantes conquistaram apoio da sociedade goiana para a sua luta. As redes de apoio construídas com outros movimentos sociais de concepção distinta e os benefícios e conflitos que tais alianças ocasionaram. Além disso mostra-se a relação do movimento com as TIC, o uso que fizeram delas e todo o repertório de ação utilizado pelos estudantes. Ainda será discutido neste capítulo a relação do movimento com os meios de comunicação tanto tradicionais quanto independentes e as consequências da luta na vida pessoal desses jovens que lutaram em defesa da educação pública em Goiás.

## 1 | As Primaveras Populares na Sociedade em Rede

As inovações tecnológicas pelas quais a humanidade tem passado desde as últimas três décadas do século XX têm transformado todos os aspectos das relações sociais. Novos métodos de administração estatal, novas formas de articulação entre estados nacionais, novos modos de gestão empresarial, novas relações entre empresas e governos e entre empresas e cidadãos.

Também temos visto novas formas de interação entre as pessoas, pessoas se comunicando de forma simultânea mesmo estando do outro lado do mundo, podendo se ver, mesmo a milhares de quilômetros de distância. Novas formas de organização laboral, novos modos de se organizar movimentos sociais. A novidade é tamanha e sempre baseada nas tecnologias de informação e comunicação, na internet, no ciberespaço, que podemos dizer mesmo que uma nova cultura está se criando (ou já se criou), a Cibercultura. Junta-se a isso a maior crise econômica desde a Segunda Guerra Mundial e temos também novos movimentos sociais, em cada local e por todo o globo. Locais e globalizados ao mesmo tempo.

### 1.1 A Sociedade Conectada ou a Sociedade em Rede

Nas últimas décadas a humanidade vem promovendo, presenciando e sendo influenciada por uma transformação tecnológica sem precedentes. No início dos anos de 1960, no contexto de guerra fria, o governo dos EUA criaram a *Advanced Research Projects Agency* (ARPA), na tradução literal “Agência de Projetos de Pesquisa Avançada”, com o intuito de fazer frente ao grande avanço tecnológico demonstrado pela União Soviética quando do lançamento do primeiro satélite na órbita terrestre, o *Sputnik*.

Dentre os projetos dessa agência o que veio a impactar mais a humanidade foi a Arpanet. A Arpanet foi desenhada para ser um meio de comunicação entre computadores que conseguiria preservar informações de defesa sensíveis mesmo no caso de um ataque nuclear. Isso foi alcançado na medida em que a comunicação entre os computadores não dependia de um núcleo central, cada computador, ou terminal de informação funcionava como um nó de comunicação, de fluxo de informações. Ou seja, a Arpanet, como o nome já diz em inglês, funcionava em um sistema de rede. Esse foi o embrião do que, poucas décadas mais tarde, veio a se

tornar o maior meio de comunicação, troca de informações da humanidade, a Internet.

O rápido avanço tecnológico permitiu o barateamento e, conseqüentemente, a rápida disseminação da internet para todos os aspectos da vida social, tanto na esfera produtiva, quanto na esfera pública e na privada, nos relacionamentos pessoais. A estrutura em rede dessa forma inovadora de comunicação passou a influenciar também as formas de organização e relacionamento de empresas, pessoas e até Estados Nacionais.

O conceito de rede surge muito cedo nas Ciências Sociais. Desde o século XIX o termo é utilizado para descrever diversos tipos de relações sociais. No entanto, é apenas a partir da metade do século XX que o termo passa a ser central para explicar relações sociais e operacionalizar argumentativamente tipos de relações verificadas na realidade empírica. A ideia de rede é importante na medida em que permite escapar da velha dicotomia central da Sociologia, indivíduo/sociedade.

As redes permitem pensar a sociedade não em termos da prevalência do indivíduo sobre a sociedade ou vice-versa, mas um ambiente intermediário em que a vida em sociedade é reflexo da ação individual no contexto de suas relações interpessoais com o todo social. A operacionalização do conceito de rede inicia-se nos estudos da antropologia social britânica do pós guerra, no viés qualitativo, e na escola americana, de viés mais quantitativo e estruturalista (Portugal, 2007).

A abordagem estruturalista estadunidense é fortemente influenciada pelo trabalho de Georg Simmel, considerado formalista. Esse autor analisa as formas de "sociação" dos indivíduos na passagem da idade média para a modernidade. Ou seja, interessa ao autor as novas formas de interação social dos indivíduos na modernidade. Segundo Simmel (1955) na antiguidade as relações individuais eram pautadas pela proximidade e interesse formando grupos de relações concêntricas, menores e próximas. A modernidade e a vida urbana permitem uma maior liberdade nas formas de sociação e uma ampliação dos grupos de relações, menos dependentes do parentesco.

A antropologia social passa a utilizar o conceito de redes a partir da insatisfação das explicações oriundas da corrente estrutural-funcionalista, na medida em que a realidade verificada em campo não era explicada satisfatoriamente

olhando-se apenas a ação individual em uma estrutura social geral, por exemplo um território ou uma indústria. O trabalho de Barnes sobre uma comunidade piscatória na Noruega é seminal neste campo, uma vez que o autor percebeu que as ações dos indivíduos se explicavam não apenas pelas motivações individuais inseridas em um contexto, mas "pelos laços de parentesco, amizade e conhecimento, que concebe como uma rede" (Portugal, 2007:4).

Outro trabalho importante na afirmação do conceito de rede para a Sociologia foi o trabalho de Elizabeth Bott sobre a estrutura familiar. Esta autora diz que a dinâmica familiar se expressa não apenas pelas relações entre seus componentes, mas pelas relações que os membros da família possuem em outros âmbitos sociais como amigos, colegas de trabalho, vizinhos, entre outros. Neste sentido, a autora propõe redes de "malha estreita", em que há maior variedade de relações entre os membros da família, e redes de "malha frouxa", as que há menos variedade de relações. Estes conceitos são importantes para entender a divisão dos papéis dentro da família. A ideia é de que quanto maior a rede de relações dos membros da família maior será a divisão dos papéis domésticos entre marido e mulher (Portugal, 2007).

Outro autor seminal sobre os estudos das redes é Barry Wellman. Com o estímulo inicial de estudar o enfraquecimento das comunidades, Wellman percebe que o conceito de comunidade como uma realidade local dada é insuficiente para descrever as relações estabelecidas pelos moradores de um quarteirão em Toronto, no Canadá. No campo o autor percebeu que os habitantes do quarteirão se relacionavam, compartilhavam informações e recebiam auxílios com grande número de pessoas que os visitavam e que não habitavam o mesmo lugar que aqueles. Os autores passam a falar então de uma "comunidade pessoal" (Portugal, 2007).

Os estudos sobre a produção científica de Bruno Latour, Michel Callon e John Law criaram outro conceito importante para a teoria das redes que foi a teoria do ator-rede (Potugal, 2007). Mais uma vez a dicotomia indivíduo/sociedade é negada e ganha importância uma abordagem de relações meso-sociológicas. Nesta teoria, para além das ações dos atores, interessa analisar as relações de poder e os processos que se estabelecem entre os atores para a produção e divulgação da produção científica.

Ao analisar as estratégias dos indivíduos na busca do primeiro emprego,



Mark Granovetter percebe a importância das relações interpessoais das pessoas (Portugal, 2007). O autor faz uma distinção entre laços fortes e laços fracos. Os laços fracos, para Granovetter, são conexões horizontais estabelecidas pelas pessoas fora dos âmbitos econômicos e de parentesco, ou seja, são relações "não-imediatamente interessadas" (Bittencourt, 2008). Já os laços fortes são aqueles que se estabelecem baseados em interesses específicos, por exemplo trocas comerciais, ou são alheias à vontade do sujeito, familiares. Granovetter sublinha que os laços fracos são mais eficazes na obtenção do primeiro emprego, uma vez que permitem construir "pontes" que ligam as pessoas a grupos sociais mais distantes em que se pode ampliar as informações e contatos e então obter um emprego. Os laços fracos são importantes instrumentos de construção de pontes com outros setores sociais de modo a ampliar o acesso do indivíduo a informações e recursos os quais eles não teriam acesso em sua rede de sociabilidade primária.

Para além das diversas teorias das redes sociais surgiu também o conceito de sociedade em rede. O termo foi cunhado pelo sociólogo Manuel Castells e expressa a importância dos modos de existência em rede em uma sociedade que, fortemente impactada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, especialmente a internet, se organiza em forma de rede. A pesquisa de Castells, em seu livro seminal "A Sociedade em Rede", utilizou de grande base de dados de diversos países que cobriu as 3 últimas décadas do século XX e cujo resultado foi "a descoberta de uma nova estrutura social que estava se formando, que conceituei como a sociedade em rede por ser constituída por redes em todas as dimensões fundamentais da organização e prática social" (Castells, 2019: 12).

Uma característica fundamental dessa sociedade em rede é a contradição existente entre o que o autor chamou de espaço de fluxos e espaço dos lugares. O espaço dos lugares é o ambiente em que a vida das pessoas ocorre de fato, onde elas se relacionam com família, amigos, onde trabalham, enfim, mantém suas relações sociais que dão sentido à vida. Já os espaços de fluxos são os ambientes em que há o trânsito e encontro de pessoas, recursos, culturas, enfim, os mais variados aspectos da vida humana provenientes dos mais distintos lugares. Mas, na sociedade em rede, o que mais transita e tem mais valor no espaço dos fluxos é a informação. No já citado livro o autor afirma que

A relação contraditória entre significado e poder se manifesta através de uma crescente dissociação entre o que conceituei como espaço dos fluxos e espaços dos lugares. Embora haja lugares no espaço dos fluxos e fluxos no espaço dos lugares, o significado cultural e social é definido em termos de lugar, ao passo que funcionalidade, riqueza e poder são definidos em termos de fluxo. Essa é a contradição fundamental que emerge do nosso mundo globalizado, urbanizado e organizado em redes: em um mundo construído em torno da lógica do espaço dos fluxos, as pessoas ganham a vida no espaço dos lugares. (Castells, 2019: 31).

Outra mudança essencial provocada pela estruturação da sociedade em forma de rede é a percepção do tempo. A era industrial reforçou em cada indivíduo a percepção do tempo definida pelo relógio, pelo calendário. A vida, neste contexto, ocorre como uma sucessão de fatos que se acumulam, repetem, dão sentido e vão construindo a história de cada indivíduo. Porém, a estrutura em rede da sociedade global substitui essa ordem sequencial “para nos instalar na simultaneidade perene e na ubiquidade simultânea” (Castells, 2019: 33). A internet, sendo hoje uma rede de comunicação global, faz com que os fluxos ocorram de forma simultânea em qualquer parte do globo independentemente de onde estão apontando os ponteiros dos relógios nos diferentes países.

A nova percepção do tempo e do espaço nas relações sociais e nas vidas dos próprios indivíduos ajudam a construir a contradição mais fundamental da sociedade em rede, a contradição entre a Rede e o Ser. A Rede que estrutura nossa sociedade hoje não possui um nó ou poucos nós nos quais sua existência depende. Ao contrário, a Rede é formada por infinitos nós e é fortalecida não pela importância dessas partes isoladas, mas pelos fluxos que ela proporciona.

Da mesma forma que a Rede não depende de seus nós a sociedade global não depende dos indivíduos. Não se quer dizer aqui que na ausência de nós a rede continuaria a existir ou que na ausência de indivíduos a sociedade humana permaneceria. Mas que as ações individuais, sejam dos nós sejam das pessoas, não conseguem alterar o comportamento da Rede. Vale a pena salientar que, com o processo cada vez maior de automação proporcionado pelo avanço tecnológico, os fluxos de informação cada vez mais prescindem da ação humana. Grande exemplo dessa automação são os mercados financeiros que se utilizam cada vez mais de autômatos para realizarem operações de compra e venda baseadas em algoritmos

e sem a operacionalização humana. Neste último caso, a ação humana se restringe à programação do algoritmo, após essa fase os computadores fazem operações mais rápidas e precisas que a de qualquer ser humano.

A sensação de impotência ou mesmo insignificância do ser com relação à rede faz com que os indivíduos retornem a suas relações sociais primárias em busca do reforço de suas identidades primárias, sejam elas étnicas, religiosas ou nacionais, territoriais (Castells, 2019). Isso não quer dizer que os indivíduos saiam da rede. Além de, como dito anteriormente, a rede prescindir dos indivíduos, o que faz com que a saída produza efeito nulo na estrutura da rede, a rede é muito sedutora. “o fascínio do computador é mais que utilitário ou estético; é erótico” (Heim, 1993 *apud* Duque, 2016). Ou seja, há um desejo pela inserção no ciberespaço, além de que a própria busca pelo reforço das identidades primárias faz com que as pessoas se insiram na rede a fim de se conectarem a outros indivíduos, distantes geograficamente, mas que compartilham dos mesmos conflitos e dos mesmos signos de identidade.

As organizações e instituições tradicionais, que foram forjadas durante o modo de desenvolvimento industrial estão sendo desestruturadas por essa nova forma de organização societal em rede. A automação, que torna menos importante a ação de pessoas, por mais importantes que sejam os cargos que elas ocupam e as novas formas de percepção do espaço e do tempo que virtualmente anulam as fronteiras e distâncias geográficas contribuem para a perda de poder e soberania dos Estados-Nação assim como de outras instituições como sindicatos, partidos políticos e o próprio funcionamento da democracia.

No entanto, há um outro aspecto estrutural da sociedade em rede que contribui para o declínio dessas instituições tradicionais e que alteram as relações sociais, a horizontalidade. As instituições construídas no modo de desenvolvimento industrial tinham como característica predominante a hierarquia. A rede, por sua própria estrutura de funcionamento, opera de maneira horizontal. Como dito anteriormente, não há nós mais importantes que outros, ou seja, não há hierarquia entre os nós. Isso não quer dizer que as desigualdades sociais foram extintas ou mesmo que países não têm mais poder que outros no mundo atual. Pelo contrário, a diminuição de importância das pessoas para o funcionamento sistêmico tem aumentado substancialmente a desigualdade. O aumento da desigualdade é

facilmente verificado nas relações laborais.

As novas tecnologias vêm afetando de forma inquestionável o mundo do trabalho. Além de alterar rotinas de trabalhos existentes e criar novos tipos de trabalho, está tornando obsoleto milhões de postos de trabalho mundo afora. O atual contexto global revela uma contradição em que há "por um lado pessoas excluídas do mercado de trabalho, por outro quem está nele trabalha mais horas, trabalha mais e vai reformar-se mais tarde" (OLIVEIRA, 2017).

O aumento do desemprego parece ser uma tendência mundial, especialmente após a crise econômica de 2008, ao mesmo tempo em que as pessoas empregadas vêm suas rotinas se tornarem mais intensas. De acordo com Méda (2016) mais de um quarto dos assalariados europeus dizem estar regularmente sob estresse e apenas 15% disseram nunca estar sob estresses no trabalho.

Por um lado, as novas tecnologias proporcionam grande aumento de produtividade com cortes de postos de trabalho, mas também permitem a intensificação do trabalho individual. Essa contradição, mais que reflexo da contradição entre a Rede e o Ser, é uma mostra de que a Rede, embora autônoma em si, é orientada por uma rede de grandes corporações empresariais capitalistas. O aumento do desemprego é uma exigência para a manutenção da exploração capitalista atual.

Zizek (2012) aponta para uma mudança no conceito de exploração marxista. Para este pensador, explorados não são apenas os trabalhadores que têm sua mais-valia apropriada pelo empregador, mas são também (ou principalmente) aqueles condenados a não produzir. O fim do pacto keynesiano permitiu que o desemprego se tornasse um instrumento de dominação. O desemprego estrutural e cada vez maior atinge as próprias bases da luta dos trabalhadores por melhores condições de emprego e vida. Neste sentido o autor pergunta: "quem ousa fazer greves hoje em dia, quando ter trabalho fixo já começa a ser um privilégio?" (Zizek, 2012: 22). Na sociedade em rede, não há nada pior ao indivíduo que ser desconectado.

O aumento do desemprego no contexto de crise econômica proporcionou campo fértil para governos flexibilizarem a legislação trabalhista e retirar direitos dos trabalhadores. De acordo com Adascalitei e Morano (2015) o aumento das taxas de desemprego juntamente com baixo crescimento do PIB é estatisticamente significativo para o aumento da probabilidade de implementação de reformas que

visam a diminuir o rigor da legislação trabalhista nos países desenvolvidos. Por outro lado, nos países em desenvolvimento, com baixas taxas de desemprego e alto crescimento do PIB, reformas foram implementadas visando à garantia de mais direitos trabalhistas. De acordo com o mesmo estudo, no entanto, o desemprego aumentou nos países que desregulamentaram suas legislações trabalhistas.

A desregulamentação das legislações trabalhistas surge com a retórica de aumento da competitividade das empresas e geração de empregos. Neste sentido são liberadas e cada vez mais incentivadas formas de trabalho precário como o trabalho intermitente, o autoemprego, a terceirização, os contratos temporários, entre outras formas de precarização. Essas formas de precarização são apresentadas como novas formas de empreendedorismo.

As novas formas de contratação de trabalho se mostram também um obstáculo para os sindicatos. Uma vez que os trabalhadores não se encontram reunidos no mesmo local de trabalho, seu status legal se torna autoempregado ou seu vínculo com determinada empresa é apenas temporário, a sindicalização é dificultada. Além disso, a subordinação é disfarçada ao se trocar o chefe imediato pelo *software* que regula a jornada laboral de modo que a hierarquia é travestida por uma falsa horizontalidade nas relações de trabalho.

A maior capacidade de exploração laboral proporcionada pelas novas tecnologias e pela sociedade em rede é um exemplo importante de como as estruturas de poder, embora alteradas, permanecem na sociedade atual. As estruturas de poder na sociedade, em grande parte, se relacionam com a forma de produção material da sociedade, da produção de excedente e de quem se apropria desse excedente.

Na sociedade industrial, um dos principais aspectos para a produtividade é o uso de novas fontes de energia e na capacidade de utilização dessas fontes em todas as etapas de produção. Na sociedade informacional atual, o principal meio de produtividade é a introdução de novas tecnologias de processamento de dados (informação) para a geração de conhecimento e transmissão de símbolos. Os modos de produção moldam o comportamento social e a comunicação social. Uma vez que a sociedade em rede se baseia em tecnologias voltadas ao conhecimento e processamento da informação “há uma íntima ligação entre cultura e forças

produtivas e entre espírito e matéria. [...] Portanto devemos esperar novas formas históricas de interação, controle e transformação social” (Castells, 2019: 75).

Uma vez que a sociedade está organizada de forma diferente (em rede), que uma nova forma de geração de valor está em vigor (o processamento de informação) e que há uma nova forma dos indivíduos se perceberem no mundo (ligação íntima entre espírito e matéria) também podemos falar que estamos presenciando uma nova forma de cultura. Essa forma distinta de nos relacionarmos com o mundo é o tema da próxima seção, a Cibercultura.

## 1.2 A Cibercultura

O avanço tecnológico proporcionado pela maior capacidade de processamento de dados e pela comunicação mediada por computadores, que caracteriza a sociedade em rede, provocou não apenas uma mudança estrutural nas relações sociais de produção como também na própria forma dos seres humanos se relacionarem e perceberem sua condição no mundo, ou seja, na cultura. Não é claro se todas as mudanças culturais ocorridas nas 3 últimas décadas do século XX e nas duas primeiras do século XXI são frutos da sociedade em rede, mas o fato é que se juntam e contribuem para a forma de atuação das pessoas no ambiente criado pela internet, o ciberespaço, e ajudam a formar a cibercultura. O conceito de ciberespaço aqui utilizado segue a definição de ciberespaço proposta por Pierre Levy, em que

O ciberespaço (que se chamará também de a “rede”) é o novo meio de comunicação que emerge da interligação mundial dos computadores. O termo designa não só a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico das informações que ele alberga bem como os seres humanos que nele navegam e o alimentam. (Levy, 1997: 17)

Definido o ciberespaço, voltemos às mudanças culturais ocorridas nas últimas décadas para chegarmos a uma definição da cibercultura. A cibercultura “tem a ver menos com a tecnologia do que com as histórias com que envolvemos seus meios e com os processos que, motivando-lhes a narração, colaboram com

sua formatação para a sociedade” (Dery *apud* Rüdiger, 2011: 14). Dessa forma, para além das transformações tecnológicas, é preciso analisar algumas transformações sociais ocorridas desde o último quartel do século XX, incluindo alterações nas relações sociais de produção.

O contexto em que vive a humanidade atualmente é chamado de diversas formas por diversos autores, a depender da abordagem teórica que eles utilizam. Harvey (1992) usa a expressão condição pós moderna para se referir às relações humanas de fins de século XX. A modernidade se caracterizou pelo industrialismo e as estruturas sociais que este criou como o predomínio da fábrica como principal unidade produtiva do sistema capitalista, a linha de montagem, o fordismo, a força dos sindicatos, o Estado de Bem Estar Social (a aliança de classes que esse pressupõe), entre outros aspectos. Por outro lado, a pós modernidade se caracteriza menos pelas linhas de montagem e mais por novos critérios de gestão em que os trabalhadores assumem múltiplas funções na empresa, pelo deslocamento das fábricas para locais de menor regulamentação trabalhista, ambiental, de impostos, etc. Enfim, a produção pós moderna se caracteriza pelo processo de acumulação flexível. Além disso, com os avanços tecnológicos, principalmente nas questões de comunicação e de transportes e logística, enquanto a modernidade se caracterizava pelo estrito controle do tempo, na pós modernidade ocorre a compressão da dimensão espaço-tempo (Harvey, 1992).

A nova forma de acumulação de capital leva a uma revisão da teoria marxista. O rearranjo das relações sociais de produção, a alteração do sentido do tempo desloca a produção de lucro da mais-valia para outra esfera. Obviamente, na era da informação a fonte mais valiosa de capital é a própria informação, “com o desenvolvimento da tecnologia cibernética, o meio primário de produção de lucro não é mais a exploração de mão de obra, mas a ‘colheita’ de informações” (Zizek, 2011: 356). Ora, os seres humanos, enquanto vivem, produzem informação o tempo todo. Dessa forma

O problema atual da economia política é considerar os seres humanos enquanto vivem, e não só enquanto trabalham, já que os seres humanos são sempre produtores. Sempre, isto é, em qualquer momento da vida. Pode-se cogitar a exploração da vida? Não. (Negri *apud* Zizek, 2011: 356).

Deslocando da forma de organização produtiva da sociedade da informação passamos agora para a esfera comportamental dos sujeitos. O filósofo francês Gilles Lipovetsky analisa a sociedade duas décadas mais tarde que Harvey e, devido às mudanças ocorridas neste curto espaço de tempo, prefere utilizar o termo “hipermodernidade” para se referir à sociedade atual. Segundo o autor “a segunda era da modernidade é autorreflexiva, individualista-emocional e identitária: revolucionária no âmbito técnico-científico, já não o é na cultura” (Lipovetsky, 2014: 96). Se na modernidade a dominação se dava de forma mais direta e burocrática, na hipermodernidade as formas de controle não desapareceram, mas adaptaram-se. No lugar da dominação direta, a imposição de comportamentos ocorre através da comunicação. Não se proíbe comportamentos, mas se convence as pessoas de agir de determinada maneira. Outra característica dos tempos que correm é o individualismo paradoxal. As pessoas são cada vez mais narcisistas, mas a forma de demonstrar esse narcisismo é a da responsabilidade, seja ela social, ambiental, etc. No entanto, “quanto mais as condutas responsáveis progredirem, mais aumenta a irresponsabilidade” (Lipovetsky, 2014: 29).

Ao mesmo tempo que as pessoas procuram ter mais responsabilidade com a sociedade e o planeta, mais suas condutas estão restritas a suas atitudes individuais e as organizações coletivas ou de classe se enfraquecem. Desse modo, os conflitos entre classes sociais diminuem enquanto que as tensões pessoais ocorrem com mais frequência (Lipovetsky, 2014). Esse individualismo paradoxal e exacerbado encontra-se presente na Rede. O ciberespaço, o ambiente eletrônico, virtual em que as pessoas interagem, é o palco privilegiado onde as pessoas, narcisicamente interagem com outras pessoas (que podem estar do outro lado do planeta) para mostrar seus feitos, suas viagens, suas conquistas de consumo. Mas além desses hábitos narcísicos, as pessoas, solitárias em seus lugares físicos, adentram o ciberespaço em busca de encontrar outras que pensam como elas, que têm as mesmas crenças que elas, que têm os mesmos gostos que elas, para enfim, poderem constituir uma comunidade. Não uma comunidade como as passadas, hoje consideradas antigas e antiquadas, mas uma comunidade virtual, nova, não apenas pós, mais do que isso, hipermoderna.

Além desses aspectos novos nas relações humanas, a estrutura mais característica da sociedade em rede, a internet, propiciou o nascimento de uma



nova forma de interação social, a cibercultura. De acordo com Castells (*apud* Brito, 2016) a comunicação através da internet está criando um impacto na sociabilidade humana comparável à invenção da escrita. Isso se deve a internet proporcionar, pela primeira vez na história, a comunicação horizontal de indivíduos em rede e que conjuga na comunicação os mais variados elementos como a escrita, a fala e o audiovisual.

De acordo com Rüdiger (2011) o termo cibercultura foi cunhado, ainda nos anos 1960, pela engenheira estadunidense Alice Hilton. Segundo Hilton *apud* Rüdiger “a humanidade está agora posta na situação de ter de escolher entre a educação emancipatória e o lazer criativos de um lado, e a adaptação mecânica e idiotia apática, de outro” (Rüdiger, 2011: 8). Uma vez que tecnologia, embora seja discutível classificá-la como neutra, é algo em aberto, depois de criada, está disposta e disponível para a ação humana. Esta sim, a ação humana, é interessada e está sujeita a juízos de valor. Logo, os processos intensos de automação, processamento de dados e novas formas de comunicação podem levar a humanidade para um futuro mais livre e criativo, menos dependente das necessidades naturais e biológicas da espécie como também pode caminhar para um futuro de novas carências e novos tipos de dominação, tanto entre seres humanos como em relação às máquinas por nós produzidas. De acordo com Rüdiger

A cibercultura pode ser entendida como uma formação histórica de cunho prático e cotidiano, sujas linhas de força e rápida expansão, baseadas nas redes telemáticas, estão criando, em pouco tempo, não apenas um mundo próprio, mas, também, um campo de reflexão intelectual pujante, dividido em várias tendências de interpretação. (Rüdiger, 2011: 7).

Há ao menos três grandes linhas teóricas para se pensar a cibercultura. A primeira é a dos populistas tecnocráticos que possuem uma visão mais otimista e amigável com relação à cibercultura, em geral estão ligados às grandes corporações da nova tecnologia e das novas mídias. O segundo grupo tem uma tendência oposta, os conservadores midiáticos, que ressaltam possíveis problemas políticos

e morais da cibercultura. O terceiro grupo, os cibercriticistas, prezam pela reflexão sobre as relações entre a cibercultura e o poder e suas consequências para o corpo social e os indivíduos (Rüdiger, 2011).

O referido trabalho de Francisco Rüdiger busca fazer uma apresentação das diferentes teorias a respeito da cibercultura. Não nos cabe aqui exaurir todo o debate a respeito da cibercultura, mas apresentar algumas condicionantes a essa nova forma de relação humana e algumas das principais correntes teóricas de interpretação em relação ao tema para, enfim, esclarecermos qual nos parece a mais adequada para ilustrar a realidade e qual será utilizada como ferramenta de interpretação do fenômeno social aqui investigado. Isto é, o movimento de ocupação de escolas goiano.

Para podermos avançar mais na cibercultura é importante entender como se originou o grande espaço em que esta se desenvolve, a internet. A internet surge a partir de três contextos muito diferentes culturalmente, a estratégia militar, a comunidade científica de inovação tecnológica e a inovação contracultural presente nos campus universitários estadunidenses, principalmente da Califórnia. Para além dos fins militares a rede de comunicação de computadores criada passou a ser usada pelos cientistas para comunicação interpessoal. Logo foi constituída uma linguagem digital própria sob funcionamento em rede para uma comunicação independente de sua localização geográfica (bastava apenas estar conectado na rede) cuja principal característica é a horizontalidade (Castells, 2019). O caráter horizontal da comunicação em rede é característica essencial da cibercultura.

Uma vez que a internet é criada com o objetivo maior de proporcionar uma comunicação entre seus integrantes independentemente de onde estejam, é importante entender, para além da mudança na dimensão espacial, quais as outras características inovadoras da comunicação via internet. Há três tipos de comunicação: um-todos um-um e todos-todos. Os meios de comunicação de massa (televisão, rádio, jornal impresso) funcionam baseados no princípio um-todos. Ou seja, um centro emissor envia a mensagem a grande número de receptores passivos. O telefone e o correio funcionam no tipo um-um, ligam dois pontos distantes para se comunicarem, ambos ativamente, entre si. Por outro lado, a internet funciona no tipo todos-todos. Ou seja, conecta várias origens de informação a outras várias origens de informação, o que faz com que ambos os lados sejam emissores e

receptores (não há mais passividade) (Castells, 2019). Dessa forma, há uma interação colaborativa e horizontal no fluxo de mensagens.

Para além da característica multimídia, ou seja, a junção na mesma mensagem do áudio, do som e do vídeo, essa forma colaborativa é a principal responsável pela sedução do ciberespaço sobre as pessoas. Em um contexto de crise de instituições, de precarização material, de busca por uma identidade fragilizada, a sensação de que suas opiniões, sua personalidade, enfim, seu ser, pode ser conhecido e aceito a imersão na rede é quase inevitável. Daí surge a força das redes sociais digitais. Facebook, Twitter, Youtube, Instagram, WhatsApp, Telegram são nomes até pouco tempo estranhos a quase todas as línguas humanas, mas que hoje, independentemente da pronúncia de cada um, todos conhecemos e, em maior ou menor grau, utilizamos. Uma das maiores características dessas redes sociais digitais é que elas oferecem conteúdo que são produzidos pelos próprios usuários.

Junto com a rede, e para sua utilização mais intensa, outros avanços tecnológicos ocorreram. Primeiramente o computador pessoal. Rapidamente o computador pessoal deixou de ser uma ferramenta voltada para empresas e corporações para, ao se tornar mais barato e acessível, ser um utensílio doméstico de uso individual. “O computador não é um centro, mas um nó, um terminal, um componente da rede calculadora universal” (Levy, 1997: 47). Isso permitiu com que um número cada vez maior de pessoas pudesse adentrar no ciberespaço. Um segundo avanço tecnológico importante de se destacar é a comunicação sem fio, em especial os telemóveis. Os telemóveis se tornaram computadores pessoais na medida em que têm grande capacidade de processamento de dados e conexão com a rede. Esses dispositivos móveis, para além da possibilidade de comunicação em qualquer lugar que tenha sinal da rede, possibilitam a conectividade perpétua das pessoas no ciberespaço (Castells, 2019). Dessa forma, a comunicação móvel e a conexão perpétua possibilitam a inserção de conteúdo na rede mundial de computadores por qualquer pessoa e a qualquer tempo.

Este novo ambiente de comunicação interfere não apenas na sociabilidade dos indivíduos como também nas suas percepções sobre a realidade. Castells chama esse novo ambiente de comunicação de virtualidade real, que seria

“um sistema em que a própria realidade (ou seja, a experiência simbólica/material das pessoas) é inteiramente captada, totalmente imersa em uma composição de imagens

virtuais no mundo do faz de conta, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam na experiência” (Castells, 2019: 455)

Essa virtualidade real não é o mesmo que a realidade virtual. Ou seja, não estaria se tratando de uma realidade cuja validade possa ser posta em causa como válida, verdadeira ou não. A virtualidade real é uma realidade que se constrói a partir e com os meios virtuais de comunicação. Esse conceito de virtualidade real, como veremos adiante, tem forte influência sobre a interpretação de Castells a respeito dos movimentos sociais atuais e da importância que ele concede às redes sociais digitais e ao ciberespaço.

No entanto, também nos interessa aqui o conceito de cibercultura empregado por Duque (2016) chamado de "virtualização do real". Duque utiliza da teologia judaico-cristã e dela retira a noção de pessoa, que só existe em sua forma encarnada, para rebater o que ele chama de utopias gnósticas, que pensam haver uma existência do mundo virtual independente do “real”. A virtualização do real seria um processo cultural permanente "com influência sobre o modo como os sujeitos interpretam o mundo, culturalmente situados" (Duque, 2016: 167). Ou seja, os mundos virtual e material se confundem de modo a se influenciar reciprocamente, tanto com a inserção de elementos do mundo material no ambiente virtual quanto com a alteração dos comportamentos das pessoas fora do ambiente virtual, influenciadas pelos usos das novas tecnologias da informação e comunicação. Segundo o autor

As utopias que procuram regressar ao puro verbo, anulando a sua vinda à carne, são, portanto, utopias gnósticas, com as quais a teologia cristã terá que estabelecer um diálogo crítico, partindo da afirmação fundamental de que ‘a forma cristã de pensamento aguenta-se ou cai com o seu fundamento encarnacional, que implique uma fundamental orientação de antignose’ (Duque, 2016: 179)

Mesmo na sociedade em rede as relações humanas não se resumem nem se dão prioritariamente no ambiente virtual. Por isso prefiro o conceito de virtualização do real a virtualidade real. O que ocorre no ciberespaço, necessariamente surge na realidade material, seja resultado de interação entre pessoas, seja uma ideia que, por abstrata que seja, só pode surgir do cérebro de uma pessoa encarnada.

### **1.3 Cibercultura e Movimentos Sociais.**

Manuel Castells, no segundo volume de sua trilogia sobre a Era da Informação, analisa os movimentos sociais na sociedade em rede (o primeiro volume, bastante citado neste trabalho analisa a constituição e as características da própria sociedade em rede). Como dito anteriormente, a sociedade atual está fundada na contradição entre a Rede e o Ser. Essa contradição implica em outra, a de que quanto mais o mundo se globaliza, mais as pessoas se sentem locais (Castells, 2018). Essa volta para a localidade faz com que as lutas das pessoas passem a se dar, cada vez mais, nas identidades.

Não por acaso, a luta pela identidade é o tema central da obra que analisa os movimentos sociais na Era da Informação. Identidade entendida aqui como “a fonte de significado e experiência de um povo” (Castells, 2018: 54). Assim, o autor distingue três formas diferentes de construção de identidades: identidade legitimadora que é a utilizada pelas forças sociais dominantes para expandir sua dominação no tecido social; identidade de resistência que é construída pelos atores sociais em posições desprivilegiadas pela dominação e ordem estabelecida e que se organizam para construir espaços de resistência à condição dominante; por fim, as identidades de projeto que ocorre quando os atores sociais se organizam de modo a conseguirem redefinir sua posição e tentar transformar toda a estrutura social. (Castells, 2018).

O processo de construção de identidade acarreta na construção de sujeito, no sentido adotado por Alain Touraine

Chamo de sujeito o desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, de atribuir significado a todo o conjunto de experiências da vida individual... A transformação de indivíduos em sujeito resulta da combinação necessária de duas afirmações: a dos indivíduos contra as comunidades e a dos indivíduos contra o mercado (Touraine *apud* Castells, 2018: 57).

A partir dessa criação de verdadeiros sujeitos sociais é que se constituem os movimentos sociais. Os movimentos sociais analisados por Castells na referida obra, não por acaso são os que se envolvem mais diretamente com a questão da formação da identidade, quais sejam: o fundamentalismo religioso antiglobalização (perpassando desde grupos terroristas fanáticos japoneses, ao terrorismo islâmico e guerrilhas cristãs estadunidenses); o movimento zapatista, uma guerrilha indígena

mexicana; o movimento antiglobalização; o movimento ambientalista; e o feminismo.

Todos esses movimentos, e cada um à sua maneira, sentem sua identidade ameaçada pela intensificação da globalização. A exceção talvez seja o feminismo uma vez que o patriarcalismo é uma das mais antigas formas de opressão humanas e não é que a sociedade em rede agudiza essa opressão, mas a maior circulação de informações, a facilidade de comunicação e a horizontalização das relações sociais fortalecem o movimento de modo a ganhar destaque nos tempos que correm.

Essa gama de movimentos sociais distintos, de maneira óbvia, inclui interesses e objetivos que diferem bastante entre si e são até contraditórios. No entanto, todos buscam (e aqui não nos cabe fazer juízo de valor sobre a validade ou legitimidade de qualquer desses movimentos) se refugiar na manutenção de algum aspecto social que unam certos indivíduos de forma a dar significado à vida de cada um deles. Além disso, outra característica comum a eles é que todos se utilizam dos meios de comunicação presentes no ciberespaço para se alimentarem e expandirem.

Aqui não nos cabe analisar esses movimentos sociais, suas contradições nem suas virtudes (afinal o movimento social analisado nessa dissertação é o de ocupação de escolas que ocorreu em Goiás entre 2015 e 2016). No entanto, ao analisar esses movimentos sociais, Castells formula uma lógica de atuação destes que irá perpassar toda sua análise sobre os movimentos sociais e que será tema de discussão quando da análise da ocupação das escolas. De acordo com o autor,

Principal agente identificado em nossa jornada pelos campos povoados por movimentos sociais consiste em uma forma de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede, característica dos novos movimentos sociais, refletindo a lógica de dominação da formação de redes na sociedade informacional e reagindo a ela. (Castells, 2018: 499)

Essa formulação teórica sobre movimentos sociais na era da informação será utilizada pelo autor quando da análise dos movimentos sociais que surgiram em várias partes do globo no início da segunda década do século XXI. O ano de 2011 foi considerado pelo filósofo esloveno Slavoj Žižek (2012) como o "ano em que sonhamos perigosamente". Este foi um ano em que protestos eclodiram em várias partes do mundo de forma surpreendente e nova. Túnis, Cairo, Lisboa, Madrid, Atenas, Nova Iorque e outras cidades foram palcos de enormes protestos

que surgiram de forma espontânea e sem uma organização central. Em alguns casos como na Tunísia e no Egito os protestos conseguiram pôr fim a ditaduras que já duravam décadas.

Esses movimentos sociais de massa surpreenderam não apenas pela grande quantidade de pessoas mobilizadas como também pelas características de descentralização e horizontalidade da organização e pelo inédito uso das redes sociais digitais. Governos de países árabes chegaram a tentar proibir o uso de redes sociais digitais como o Twitter e o Facebook.

Essa onda de revolta global iniciou-se nos países árabes, o que ficou conhecido como "Primavera Árabe" e inspirou movimentos em várias partes do mundo como a Europa e os Estados Unidos. Importante notar aqui dois aspectos. O primeiro é que movimentos sociais em busca por democracia surgiram primeiramente nos países árabes para de lá influenciarem movimentos por mais participação popular nas tomadas de decisão de países centrais do capitalismo global, tanto países europeus quanto nos Estados Unidos. O segundo aspecto é a velocidade com que essa influência se deu uma vez que em poucos meses já havia protestos em inúmeros países mundo afora.

Estes aspectos revelam algumas características da comunicação na sociedade em rede. Com o tipo de comunicação todos-todos, a produção de conteúdo por pessoas comuns que estavam no centro dos acontecimentos foi alcançada por pessoas comuns de outros países que se identificaram com aquela luta e se encorajaram a repeti-la em seus próprios locais. A velocidade com que as revoltas se espalharam demonstra a insignificância do tempo para a transmissão de informação. O fato de revoltas em países árabes periféricos inspirarem revoltas no centro global demonstra a progressiva horizontalidade e rejeição a hierarquias nesse novo mundo. Por fim, o capitalismo global globalizou a exploração. Não foi apenas pela tendência à horizontalidade que os árabes inspiraram europeus e estadunidenses, foi porque europeus e estadunidenses também se sentem explorados e distantes das instâncias de tomada de decisão que influenciam suas vidas (ausência de democracia).

O caráter horizontal dos movimentos permitiu que fossem criadas novas formas de organização e mobilização de pessoas em que eram preconizadas as formas de participação e a democracia direta dos participantes (Castells, 2013). Em

um mundo imerso na cibercultura cidadãos de vários países e continentes, conectados em rede, se informaram e inspiraram em revoltas distantes, porém que traziam lições importantes para seus contextos locais. Formados predominantemente por jovens, mas não apenas por estes, esses movimentos foram vividos por pessoas que já têm as tecnologias da informação e comunicação como parte integrante de suas vidas.

As formas de discussão e participação direta nas tomadas de decisões dos movimentos eram feitas na forma presencial, nas várias praças ou parques ocupados, mas também e essencialmente, nos fóruns e páginas digitais criadas para debater e articular ideias. Aqui nota-se a interessante intersecção entre o espaço dos fluxos e o espaço dos lugares. Informações e experiências eram trocadas entre manifestantes de diferentes locais, em diferentes ocupações de praças e espaços públicos, de modo a compartilhar formas de resistência e organização, para que um movimento aprendesse com a experiência do outro, sem o encontro físico entre seus participantes.

Alguns desses movimentos, antes de se materializarem nos locais públicos ocupados, foram idealizados, criados e convocados no ciberespaço. Manuel Castells (2013) mostra como o movimento Occupy Wall Street surgiu através da convocação de páginas na internet, sendo sua autoria motivo de controvérsia. Várias páginas e grupos alegam ter sido os primeiros a convocarem os protestos contra o "1%" e ocuparem o Zuccotti Park em Nova Iorque. Em uma sociedade conectada em rede, a divulgação de determinada convocação é potencializada ao mesmo tempo em que sua origem se perde dentre os milhões de laços sociais digitais.

Em todos esses movimentos, de contextos e culturas tão distintas, os manifestantes rejeitaram as instituições tradicionais e suas formas de organização e expressão. Partidos políticos e os meios de comunicação tradicionais não eram as referências nem de organização nem de comunicação dos sujeitos. Ao contrário, a internet e as assembleias locais eram os ambientes de discussão e tomada de decisão (Castells, 2013).

No entanto, há que se tomar algum cuidado quando pensamos nas possibilidades de comunicação trazidas pelas redes sociais digitais. A afirmação de que “as redes digitais sociais oferecem a possibilidade de deliberar, em grande parte



sem restrições e de coordenar a acção” (Castells, 2013: 27) parece-me otimista demais. O próprio Castells, ao analisar a Sociedade em Rede reconhece “a tentativa da antiga sociedade de reaparelhar-se com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder” (Castells, 2019: 115). Ora, característica elementar das redes sociais digitais é que foram criadas e são controladas por grandes corporações que visam ao lucro e têm relações próximas com governos nacionais, cabe ainda lembrar de que o Ser não controla a Rede. Dessa forma, as mensagens divulgadas na rede são mediadas por essa e têm que ser construídas levando-se em conta o formato pré determinado pela rede social digital. Além disso, os governos possuem várias formas de controle das informações que se passam na rede que limitam o raio de ação dos movimentos. Desde o menos eficiente desligamento da rede (como tentado no Egito) até a espionagem hacker que adentra fóruns de discussão e permite saber com antecedência os próximos passos do movimento bem como identificar e reprimir manifestantes que sejam considerados “mais perigosos”.

Outra ressalva a se fazer com relação aos movimentos sociais protagonistas da era da informação é o “poder da identidade”. A ênfase nos aspectos étnicos e culturais para o sucesso de um movimento social revela o sucesso ideológico do atual sistema de dominação e exploração. A condição de precariedade material não pode ser dita de forma direta sob pena de reverberar pouco, tanto nos meios de comunicação de massa quanto nas redes digitais. Dessa forma, o trabalhador explorado passa a buscar sua condição étnica peculiar para expressar sua revolta contra a precariedade a qual é submetido. Assim, o camponês pobre tem que se renomear como “indígena” (em alguns países latino-americanos) ou ribeirinho (no Brasil); o trabalhador europeu mais explorado é o “imigrante” que não tem sua alteridade respeitada; o favelado explorado e humilhado pelo aparato de repressão do Estado é o negro discriminado; a mulher duplamente explorada (no trabalho e em casa) sofre de machismo.

Não se está aqui negando essas outras formas de exploração e a intersecção das condições de marginalidade (Crenshaw, 1993) é algo relevante que exacerba ainda mais esta condição. No entanto, o preço pago pela visibilidade da discriminação contra as diversas alteridades é o ocultamento das formas de exploração econômica. Há um deslocamento da política para a moral (Zizek, 2011). As corporações que estruturam e controlam a rede gostam da alteridade, afinal a rede está aí para todos

(quanto mais usuários mais cliques, mais lucros), porém o questionamento da ordem econômica não é bem visto uma vez que os donos dessas *big techs* ao mesmo tempo são alguns dos homens mais ricos do mundo e responsáveis por grande parte da precarização do trabalho que vemos hoje.

As análises dos movimentos sociais na sociedade em rede elaboradas por Castells são de extrema relevância e competência e servem para analisarmos características fundamentais da imbricação entre a cibercultura e movimentos sociais. No entanto, pra além das críticas mencionadas acima, cremos que a formulação de movimentos sociais elaborada por Charles Tilly se adequa melhor ao que fizeram os estudantes secundaristas goianos em 2015 e 2016. Segundo o autor, movimentos sociais são formas de ação coletiva que envolvem reivindicações que entram em conflito com os interesses de outro agente social. Além disso, movimentos sociais incorporam distintos agentes sociais (intelectuais, mulheres, estudantes, professores, trabalhadores, etc.) que se unem em determinado contexto de queixa social que, geralmente, é vista como falta de democracia (Tilly, 2004).

Movimentos sociais possuem três características básicas. Esforço coletivo e organizado de reivindicações contra autoridades específicas; emprego combinado de formas de ação política como: passeatas, demonstrações, petições, declarações nos e para os meios de comunicação social, entre outras; e representações públicas, por parte dos integrantes do movimento, de valor, unidade, números e comprometimento (na sigla em inglês WUNC). Não apenas um elemento isolado, mas a combinação desses elementos em campanhas é o que distingue o movimento social (Tilly, 2004).

Os movimentos sociais ganham expressão quando percebem uma estrutura de oportunidades e calculam as ameaças políticas provenientes de grupos com poder, em geral autoridades do Estado, e desafiam essa autoridade ou medidas tomadas por ela. Além disso, os manifestantes se apropriam de estruturas de mobilização preexistentes que fornecem a base para suas ações (Alonso, 2012). Na análise de Tilly sobre movimentos sociais é importante o conceito de repertório de ação coletiva que seria o leque de ações disponíveis e utilizadas pelos integrantes de um movimento em determinado contexto histórico. Esse contexto traz a importância da cultura na análise dos movimentos sociais, na forma como a cultura dos agentes

molda as ações dos manifestantes ao longo do conflito político (*idem*). Vale enfatizar que, para Tilly, os símbolos, para terem valor, necessitam da ação, da prática coletiva. Os movimentos sociais só se realizam na ação.

Os repertórios de ação coletiva dos movimentos, para serem apreendidos pelos atores, passam por uma padronização e rotinização, de modo que é sempre limitado. Quanto mais institucionalizado, mais rígido é o repertório de ação de um grupo. Dessa forma, as ações estatais tendem a ser bem mais rígidas que a de manifestantes. Da mesma forma, o repertório de ação de organizações mais tradicionais, como os sindicatos, tende a ser mais rígidos que de grupos autonomistas e horizontalizados. Porém, não apenas a institucionalização, mas o número muito grande de pessoas tende a enrijecer o repertório de ação coletiva.

Tema de grande relevância na presente pesquisa, as inovações tecnológicas fazem parte das análises desde seus primórdios. Como notou John Markoff em sua análise dos aspectos que favoreceram o florescimento dos movimentos sociais no século XIX “*transportation improvements and commercial relations linking distant people; the beginning of widespread literacy and new communication media leading people separated in space to feel themselves moving to a common rhythm*” (Markoff, 1996 *apud* Tilly, 2004).

Neste sentido, ao analisar os movimentos sociais no século XXI, Tilly faz quatro importantes ressalvas a serem levadas em consideração a quem irá analisar movimentos sociais hoje: 1) cuidado com o determinismo tecnológico e reconhecimento de que muitas das novidades dos movimentos sociais derivam mais de seus contextos políticos e sociais que das inovações tecnológicas; 2) assim como nos dois séculos anteriores, as inovações nas tecnologias de comunicação causam um impacto em duas vias. Ao mesmo tempo que facilita e torna mais barata a comunicação entre manifestantes, mas também isolam ainda mais quem não tem acesso aos novos meios de comunicação; 3) a maior parte das ações dos movimentos sociais continuam a ter caráter mais local regional e nacional; 4) evite a suposição de que o conflito entre globalização e antiglobalização dominam a cena atual dos movimentos sociais. (Tilly, 2004).

#### **1.4 “Democracia em Vertigem”: novos movimentos sociais brasileiros**

Após mais de vinte anos de ditadura militar, o Brasil volta a ter um governo civil em 1985. Apesar de o presidente José Sarney ter sua trajetória política ligada à base de apoio dos governos militares, ter sido o vice de uma chapa cujo candidato principal morreu dias antes de assumir o cargo e a eleição ter sido indireta (foi o congresso eleito em 1982 que escolheu o presidente da república), o país decretava o fim da ditadura e o início da democracia.

Apear de muitos questionamentos sobre a real intenção do governo Sarney em colocar a democracia em prática, parecia que esse seria o caminho inevitável. Ainda que permeado por contradições que alternavam entre a tentativa de manutenção do *status quo*, da preservação de interesses das elites hegemônicas do período militar e da ausência de repressão e da garantia da liberdade de expressão, o dado concreto é que o governo Sarney não só garantiu a ocorrência das tão almejadas eleições diretas para presidente da república quanto permitiu que se instalasse a Assembleia Nacional Constituinte.

A queda do regime militar passou pelo ressurgimento dos movimentos sociais brasileiros após anos de repressão violenta por parte do Estado e o declínio da luta armada entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Primeiramente, ocorreram as greves do sindicato dos metalúrgicos do ABC<sup>1</sup> paulista, com início em 1978. Este é o grande marco do começo da distensão da ditadura. A partir daí a repressão política vai diminuindo aos poucos em uma abertura que o próprio regime chamou de “lenta e gradual”.

Na sequência desse processo de abertura do regime, além da permissão de abertura de novos partidos políticos (ainda com governo militar), houve o surgimento de vários movimentos sociais. Neste sentido, a Assembleia Nacional Constituinte teve uma composição bastante democrática e que permitiu a participação ativa de diversos movimentos sociais.

Os anos 1990 também foram de movimentos sociais ativos. Os chamados Caras Pintadas foram às ruas em 1992 e destituíram o primeiro presidente da república eleito pelo voto popular em quase 40 anos. Nos governos Fernando Henrique Cardoso também ocorreram muitos movimentos sociais, especialmente contra as medidas de cunho neoliberal implementadas pelo governo. Participante ativo de

---

<sup>1</sup> ABC indica as cidades do estado de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano. Na época o maior polo industrial do país.

quase todos esses movimentos sociais (notável ausência no movimento dos Caras Pintadas), desde as greves do ABC, foi Luís Inácio Lula da Silva e o partido que ajudou a fundar no começo dos anos 1980, o Partido dos Trabalhadores.

Após três derrotas consecutivas em eleições para presidente da república, Lula consegue se eleger em 2002. Com a posse de Lula no governo em 2003, muitos dos principais movimentos sociais brasileiros diminuem seus repertórios de contestação, devido ao sentimento de que seus anseios seriam atendidos pelo governo eleito. Além disso, muitos dos integrantes desses movimentos passam a ocupar cargos na burocracia estatal.

O governo Lula diminui as políticas neoliberais e implementa algumas que melhoram a condição de vida das classes mais baixas da sociedade brasileira, entre elas o Bolsa Família e a política de valorização do salário mínimo. Esse contexto, junto com uma aliança com os grandes caciques tradicionais da política nacional (entre eles o próprio Sarney) garante um relativamente longo período de estabilidade política e de pouca contestação social no Brasil.

No entanto, nada dura para sempre. Após dois mandatos consecutivos, Lula consegue eleger sua sucessora, Dilma Rousseff. Dentre os legados de Lula a Dilma está o compromisso de realizar os dois maiores eventos esportivos do planeta, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas de Verão em 2016. Pois bem, ambos eventos exigem grandes somas de investimentos e profundas alterações urbanas que afetam muitas pessoas. O que era pra ser a coroação de uma nova era na sociedade brasileira, agora democrática e próspera, se transforma no início do declínio da democracia, da revelação da insatisfação popular, e no ressurgimento dos movimentos sociais brasileiros.

No ano de 2013 foi a vez de o Brasil viver a sua "primavera". Motivados pelos gastos com a construção de estádios para a realização da Copa do Mundo de 2014, os constantes escândalos de corrupção e, principalmente, o aumento nas tarifas de transporte público, milhões de brasileiros foram às ruas em junho de 2013. O início dos protestos foi feito por um movimento social de jovens chamado "Movimento Passe Livre". Porém, a dimensão que ganhou os protestos só foi possível pela apropriação das ruas brasileiras por pessoas das mais diferentes orientações políticas e, em dado momento, pela utilização da internet.

Porém, essa história não começa em 2013. Como dito anteriormente, a preparação para os mega eventos esportivos exigiu intervenções urbanas que implicavam várias medidas, entre elas remoção de pessoas e desapropriação de imóveis. Para tentar resguardar o direito das pessoas, a sociedade civil se organizou em várias cidades e criou os Comitês Populares da Copa (CPC). Os CPC foram idealizados em dois encontros acadêmicos, ainda em 2010, que discutiam os impactos urbanos dos megaeventos esportivos (Dowbor e Szwako, 2013). Dessa forma foram organizados coletivos em todas as 12 cidades sede da Copa do Mundo para atuação local e também criada a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), ou seja, havia uma rede de comitês populares da copa cujos nós eram as cidades sede do evento esportivo. Os CPC atuavam tanto em nível de manifestações de rua quanto em nível institucional em negociações com o governo e órgãos supranacionais como o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. (*idem*).

Os CPCs, a partir de seu nível local, começava a mostrar a insatisfação popular com medidas do governo federal. Ao mesmo tempo em que o governo destinava grandes somas de recursos públicos para as mega obras que serviriam aos eventos, a situação econômica do país já não era a mesma. Além disso, a modesta melhora na qualidade de vida das pessoas das camadas mais baixas, que passaram a ter acesso a comida e outros produtos básicos, provocou a exigência de novos avanços. O Atlas da Vulnerabilidade Social<sup>2</sup> do Instituto Pesquisa Aplicada (IPEA) mostra

---

<sup>2</sup> <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. O atlas mostra para todos os municípios brasileiros, bem como algumas unidades submunicipais o desempenho em três dimensões que buscam medir a vulnerabilidade social. A dimensão infraestrutura urbana cujas variáveis são percentual de pessoas em domicílio com abastecimento de água e esgotamento sanitários inadequados, percentual de pessoas que vivem em domicílios sem serviço de coleta de lixo e percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora para ir ao trabalho; dimensão capital humano cujas variáveis são taxa de mortalidade infantil, percentual de crianças até 14 anos que não frequentam escola, percentual de mulheres menores de idade que tiveram filhos, percentual de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com filho menor de 15 anos, no total de mães chefes de família, taxa de analfabetismo na população com mais de 15 anos, percentual de crianças que vivem em domicílios que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo, percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo, na população dessa faixa etária; e dimensão renda e trabalho cujas dimensões são percentual de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo, taxa de desocupação da população com 18 anos ou mais, percentual de pessoas com 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal, percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependente de idosos e taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade.

que, de 2000 a 2010, a dimensão de vulnerabilidade social que mais evoluiu no país foi a renda e trabalho, com avanço de 34%, seguida pela dimensão capital humano com melhora de 28% e, por fim a dimensão infraestrutura urbana teve evolução de apenas 16% em uma década.

A copa do mundo de futebol estava marcada para 2014, porém ela sempre é precedida de um evento teste, a copa das confederações. De menor dimensão, com menos times e sedes, mas também nas mesmas cidades e estádios que foram construídos especialmente para esses eventos. E no primeiro semestre de 2013 ocorre um aumento de preços de tarifas de transporte coletivo generalizado pelo país. A população já não queria apenas comida e trabalho. Também queria melhores condições de saúde, educação e, entre outras coisas, transporte.

Nesse contexto, um grupo de militantes de luta por um transporte público gratuito, O Movimento Passe Livre (MPL), vai às ruas em várias cidades brasileiras contra o aumento das passagens. Cabe ressaltar que o MPL já tinha em sua rotina fazer protestos contra o aumento das passagens sempre que ocorria. Quase sempre os protestos tinham um número reduzido de pessoas. Em 2013 não começou muito diferente. No entanto, o contexto brasileiro já não era completa satisfação.

Da porta de casa para dentro quase tudo havia melhorado. Comida em maior quantidade, qualidade e variedade, eletrodomésticos para facilitar o dia a dia (nas regiões mais longínquas, por exemplo em comunidades quilombolas finalmente chegou energia elétrica e com ela a geladeira, a televisão, etc.), telemóveis, a internet, uma roupa de marca, etc. Mas da porta de casa pra fora pouca coisa tinha melhorado. O transporte continuava ruim, o trânsito piorou devido ao aumento de carros, a segurança pública também piorava, as escolas ainda tinham qualidade muito baixa, o sistema de saúde ainda deixava muito a desejar. Além da insatisfação das classes inferiores há uma insatisfação crescente por parte da classe média conservadora que não aceitava a ascensão da classe trabalhadora. Esta classe social geralmente canalizava sua insatisfação no discurso anticorrupção.

Ao mesmo tempo, as pessoas assistiam o governo falar em cifras bilionárias para construir estádios que eram verdadeiros monumentos para uma festa que a maioria delas não seria convidada. Os protestos contra o aumento da passagem começaram como os corriqueiros do MPL, poucas pessoas além dos próprios componentes do movimento, a mídia tradicional muito crítica ao MPL, até que no

dia 13 de junho de 2013 outro fator corriqueiro ocorreu de forma intensa, a repressão policial. De acordo com Dowbor e Szwako

A mola que dispara o ciclo de protestos de 2013 está na vitimização performatizada dos militantes do MPL nos fortes confrontos da noite de 13 de junho. Ou, visto de outro prisma, mas dizendo o mesmo: a luta pelo “passe livre” transbordou a própria performance do MPL, tornando-se um ciclo de protestos e sendo apropriado pelo público maior, a partir do momento em que a plateia acessou e criticou a reação desproporcional da polícia paulista diante do movimento àquela mesma noite. (Dowbor e Szwako, 2013: 55).

Nessa noite a polícia também feriu dois jornalistas do jornal Folha de São Paulo, um dos jornais de maior circulação no país. Isso acarretou uma guinada também no tratamento da grande imprensa com relação aos protestos. A partir de então vários estratos sociais da sociedade brasileira, principalmente de classe média, se juntaram aos protestos e trouxeram com eles as mais variadas pautas de reivindicação. Desde escolas e hospitais “padrão FIFA” até o combate à corrupção estatal<sup>3</sup>.

No início dos protestos a imprensa tradicional brasileira adotou discurso claramente contrário aos protestos e que tentava criminalizar os atos. Após alguns dias e com o número crescente de adeptos a mídia altera o discurso e passa a ter uma visão mais favorável a algumas das reivindicações. Estanque (2015) mostra através do número de buscas no Google de termos como "protestos", "corrupção", "reforma política", "passe livre" e "plebiscito" o importante papel que a internet teve para informar os cidadãos brasileiros sobre as temáticas dos protestos.

Os protestos brasileiros contra mais que os "20 centavos" da passagem de transporte público ganharam corpo através de convocações feitas pela internet por diversos grupos e movimentos sociais para além do MPL. Rapidamente todos as colorações políticas estavam nas ruas, desde a extrema esquerda até a extrema direita. Da melhora de serviços públicos e barateamento das passagens as pautas principais, ou mais visíveis, passam a ser o combate à corrupção e a crítica ao governo federal. A classe média tradicional e conservadora que se sentia incomodada com a melhora das condições de vidas das classes mais baixas toma a

---

<sup>3</sup> A construção das grandes obras para os megaeventos foram alvo constante de denúncias de corrupção e superfaturamento, desde seu início antes de 2013. Esse é mais um elemento de indignação popular que estava latente na sociedade brasileira.



narrativa do movimento (Souza, 2015) com a ajuda dos meios de comunicação de massa e também com o uso da internet.

A internet também foi utilizada para a contrainformação. Coletivos de mídia alternativa como o Mídia Ninja e os Jornalistas Livres ganharam muita visibilidade a partir desses protestos por veicularem, as vezes em tempo real, imagens dos protestos e divulgarem uma visão sobre os protestos antagônica aos dos meios de comunicação tradicionais.

Se em 2013 todos se encontraram nas ruas na “primavera brasileira”, após as eleições gerais em 2014 as pessoas continuaram nas ruas, mas dessa vez em lados opostos. Apesar do desgaste do governo após os protestos de 2013 e ainda mais agravado pelos casos de corrupção denunciados pela “Operação LavaJato”, Dilma Rousseff consegue se reeleger com uma margem apertada de votos.

O candidato de oposição, Aécio Neves, não reconhece o resultado do pleito e entra com pedidos sucessivos na justiça para tentar rever o resultado do pleito. A isso segue-se a ideia do impeachment de Dilma Rousseff. Na esteira dos protestos de 2013 vários grupos conservadores de direita se formam na internet para pedir a queda de Dilma, por exemplo os “Revoltados Online” e o “Movimento Brasil Livre” apenas MBL. Note-se a influência de 2013 no nome do MBL. Mesmo com viés político-ideológico oposto ao do Movimento Passe Livre, a escolha do nome MBL claramente remete às manifestações das jornadas de junho para angariar apoio popular. Grupos de direita e esquerda revezaram, durante quase todo o ano de 2015 e começo de 2016, os finais de semana nos quais marcariam seus protestos. Uns querendo a derrubada do governo, outros sua manutenção.

Nas mesmas eleições de 2014 vários governos estaduais foram eleitos por partidos de direita de viés neoliberal. A margem apertada da vitória presidencial e a baixa popularidade de Dilma mostrava que os ventos políticos haviam mudado definitivamente de rumo. Não apenas o povo não estava mais “unido” como também o ideário neoliberal alcançava novamente a hegemonia, não só nos meios de comunicação de massa, como nas ruas, escolas, bares, cafés e nas redes sociais.

### **1.5 Os caminhos da Pesquisa**

A presente pesquisa baseia-se no arcabouço teórico até aqui apresentado. A discussão sobre as diferentes visões da cibercultura e o que elas influenciam na concepção dos movimentos sociais contemporâneos. Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo pois busca observar aspectos subjetivos de ação dos atores sociais. As condições objetivas e subjetivas aproximam-se dos aspectos quantitativos e qualitativos da pesquisa científica uma vez que as características sociais objetivas são mais facilmente verificadas através de processos quantitativos e as características subjetivas podem ser mais bem analisadas através de processos qualitativos de pesquisa social (Demo, 1995).

Este é o estudo de caso do movimento específico que ocorreu em Goiás, muitas de suas características são únicas e podem não ser aplicáveis a outros movimentos sociais. A abordagem qualitativa está voltada para a compreensão de fenômenos sociais específicos, não para a construção de leis gerais, como no método quantitativo. Dessa forma, o ponto de vista do ator é de extrema relevância para compreender os diferentes aspectos dos fenômenos sociais que são objeto da pesquisa científica (Becker, 1996).

Deste modo, como fonte principal de dados para análise foram feitas entrevistas em profundidade com 12 participantes do movimento de ocupação de escolas. O método de escolha dos entrevistados foi o “bola de neve” em que um entrevistado indica outro e assim sucessivamente. Chegou-se ao primeiro entrevistado através do filme “Não tem Arrego”, produção do coletivo Desneuralizador que narra os acontecimentos do movimento. A partir de então busquei nas redes sociais digitais encontrar os nomes das pessoas que haviam participado do filme.

Pensei que conseguiria facilmente encontrar pessoas para entrevistar dessa forma. No entanto, apenas um me respondeu e topou fazer a entrevista. Embora eu houvesse encontrado mais perfis de Facebook das pessoas que participaram do filme, apenas um respondeu-me. A partir dele contatei os outros. A dificuldade que tive foi esclarecida por uma questão de rapidez na mudança das redes sociais digitais. Se, durante o movimento de ocupação de escolas, 5 anos atrás, o Facebook era a rede social digital preferida dos jovens, hoje ela foi superada pelo Instagram. Assim, o autor dessa pesquisa viu-se obrigado a criar uma conta no Instagram e, finalmente, conseguiu contato com os outros participantes.

Logrou-se uma variedade e certa representatividade quanto aos componentes do movimento. Assim, foram entrevistadas 6 mulheres e 6 homens. Além disso, nem todos eram secundaristas. Houve um que era membro de um coletivo que colaborou ativamente com o movimento e outros dois eram estudantes universitário na época dos acontecimentos. Foi garantido o anonimato a todos os entrevistados de modo que serão identificados por números, entrevistado 1, entrevistada 2 e assim sucessivamente. Como se verá a seguir, nem só de secundaristas se fez este movimento, embora eles, sem sombra de dúvidas eram os maiores protagonistas.

Deste modo temos como objetivos de pesquisa descrever a estrutura organizacional do movimento de forma a identificar eventuais hierarquias e distribuição de funções dentre os diversos grupos que integravam o movimento; compreender a importância da ocupação das escolas, o cotidiano dessas ocupações e as atividades desenvolvidas pelos alunos dentro das ocupações para o sucesso das reivindicações do movimento bem como da construção de uma cultura cívica, ativa e democrática dos participantes; compreender a importância das TIC e das redes sociais digitais tanto sua importância durante período de atuação do movimento nas ocupações, quanto nas negociações com o governo e na disputa de narrativas dentro da sociedade goiana.

Esta pesquisa parte de algumas hipóteses para verificação, sendo elas: o movimento de ocupação de escolas secundárias em Goiás, influenciado pela cibercultura da rede mundial de computadores, se caracterizou por uma estrutura horizontal, sem especificação de líderes, embora tenha havido uma diferenciação de funções entre alunos, professores/sindicato dos professores e colaboradores em geral das ocupações; a ocupação dos edifícios das escolas públicas e o convívio dentro das ocupações foram essenciais para demonstrar a insatisfação dos alunos e professores quanto às propostas de reforma do ensino por parte do governo e, ao mesmo tempo, contribuíram para o aprofundamento de uma consciência cívica e democrática de ação nos adolescentes que integraram as ocupações; e a internet foi importante como ferramenta de comunicação interna e na disputa de narrativas na sociedade frente a uma imprensa hegemônica alinhada à narrativa governamental.

## **2 | A Proposta de Terceirização do Ensino Secundário em Goiás**

A sociedade brasileira, em 2015, passava por um momento de transição política em que havia um desgaste após 12 anos de governo do Partido dos Trabalhadores e sua visão de Estado desenvolvimentista. Os vários escândalos de corrupção eram utilizados pela mídia tradicional para diminuir a popularidade do partido governista e também para manter a velha tradição da inteligência brasileira de colocar a culpa de todos os males da sociedade brasileira como oriundos dos malefícios do Estado, da coisa pública enquanto que o mercado seria o reino das virtudes humanas e, por isso, deveria ser estimulado à exaustão (Souza, 2015).

Nesse processo, junto com uma crise econômica que se anunciava e que já era sentida por grande parte da população foi sendo gerado um contexto em que a defesa das atividades estatais era difícil de ser feita. Foi-se criando a nova hegemonia neoliberal que, em Goiás, teve grande expressão no projeto de terceirização das escolas estaduais.

### **2.1 O Avanço neoliberal sobre o Estado Brasileiro**

As sociedades contemporâneas são caracterizadas por sua enorme complexidade. O advento do capitalismo industrial provocou uma grande complexificação social em que as instituições que garantiam a coesão social do período anterior, como a família, a igreja, as corporações de ofício e as relações de vassalagem, foram superadas por características como a urbanização, o individualismo, a mobilidade social e o mercado (Esping-Andersen, 1990). Essas profundas transformações provocaram uma necessidade de se repensar o papel do Estado na sociedade e deu ênfase à noção de cidadania, em que o status social perde importância para o contrato social (Turner, 1993).

A cidadania é um conjunto de práticas jurídicas, políticas, econômicas e culturais que caracterizam um indivíduo como pertencente a determinada sociedade. A cidadania está relacionada com o tipo de associação que os indivíduos têm em determinada sociedade. Além disso, cidadania está ligada necessariamente ao problema da distribuição de recursos na sociedade (Turner, 1993).

De acordo com o sociólogo britânico T.H. Marshall a cidadania se desdobra em três dimensões: os direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis são relacionados com as liberdades individuais, de organização, à manifestação, etc. Os direitos políticos são os que garantem aos cidadãos a possibilidade de votar e ser votado, de participar no governo da sociedade. Por fim, os direitos sociais estão ligados à justiça social e se referem à participação de cada um na riqueza socialmente produzida (Carvalho, 2002).

A efetivação dos três tipos de direitos que tornam a cidadania plena é o grande objetivo do Estado de bem-estar social (EBES). Após o grande trauma provocado pelas duas grandes guerras e o surgimento do bloco de países comunistas surge o EBES. Este foi fruto de um pacto entre o Estado, o capital e o trabalho para a manutenção da economia capitalista e sua compatibilização com a democracia e a cidadania. Neste pacto, os capitalistas renunciam parte de sua autonomia e lucros no curto prazo, os trabalhadores abdicam de suas lutas para a emancipação da economia capitalista e o Estado transforma o excedente econômico em capital social, através de tributos e políticas sociais (Santos, 1987). Ou seja, o EBES é fruto de uma aliança entre as classes sociais com o objetivo de manter a coesão social e a estabilidade econômica necessária ao desenvolvimento do capitalismo.

Desta forma, o EBES ao mesmo tempo em que impede a emancipação completa da classe trabalhadora ao garantir o direito à propriedade privada como um de seus pilares (e mantém a estratificação social), garante a participação de todos na riqueza socialmente produzida. Isto se dá através da manutenção do pleno emprego, do aumento dos salários, da garantia de serviços públicos universais que correspondem a direitos (por exemplo saúde e educação) e de políticas públicas que proporcionem uma desmercadorização do indivíduo. A desmercadorização dos indivíduos seria a manutenção dos padrões de vida das pessoas menos dependente do mercado.

No entanto, há que se notar que não existe apenas um modelo de EBES. Este irá se diferenciar por vários aspectos desde o tipo de aliança de classes efetivada quando de sua implementação, os tipos de políticas públicas implementadas e o nível de desmercadorização dos indivíduos alcançado e como se dá a combinação de bem-estar proporcionada pelo Estado, o mercado e a comunidade (esta relação é também chamada de welfare mix). Segundo Andersen "o welfare state não pode ser

compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social" (Andersen *apud* Fiori, 1997, pg. 4).

A partir dessas características e analisando um total de 18 países, Esping-Andersen (1990) constrói três modelos de Estados de bem-estar presentes no mundo capitalista desenvolvido europeu: o Regime Liberal, Anglo-saxônico ou Assistencialista; o Regime Conservador, Continental ou do seguro obrigatório; e o Regime Social-democrático, Escandinavo ou Universalista.

O Anglo-saxônico se caracteriza por uma desmercadorização residual dos indivíduos, se apoia fortemente nas forças do mercado e tem uma redistribuição limitada. Nestes Estados, presentes no Reino Unido e na Irlanda, as prestações e benefícios ofertados pelo Estado estão sujeitas aos recursos disponíveis em determinado contexto econômico, o setor privado é de extrema relevância no sistema de pensões, assim como o é nos serviços de saúde. Neste modelo a estratificação social permanece elevada, os benefícios estatais estão mais vulneráveis a crises econômicas e há uma estigmatização dos beneficiários de políticas sociais.

No Regime Continental, presente em países como Alemanha e França, a família e a posição do indivíduo no mercado de trabalho são os fatores predominantes para a coesão social. Este não é um regime redistributivo, uma vez que o valor das prestações recebidas irá variar de acordo com a contribuição do indivíduo que por sua vez é determinada por sua posição no mercado. Desta forma, o grau de desmercadorização é elevado, em especial para o chefe da família.

O Regime Escandinavo é o que proporciona o maior grau de desmercadorização dos indivíduos. Neste modelo há um nível elevado de redistribuição dos recursos e a ênfase maior de funcionamento do sistema é o Estado. As políticas sociais possuem um caráter universal e as prestações ofertadas são igualitárias. Entre os seus problemas está o alto custo de financiamento que eleva muito a carga tributária e depende fortemente de altos níveis de emprego, incluindo no setor público. Este tipo de Estado está presente em países como a Suécia, a Dinamarca e a Finlândia.

Estes modelos de EBES tiveram seu auge no período chamado de "trinta anos gloriosos" que foram os anos após a segunda guerra mundial até meados dos anos 1970. A partir de então houve uma crise inflacionária provocada por choques econômicos externos (por exemplos as crises do petróleo) que desacelerou a atividade econômica, elevou o desemprego e aumentou o endividamento dos Estados. Desde então há uma relativa crise do EBES. Esta crise vem provocando, desde os anos 1980, reformas nestes estados e a ascensão de uma nova concepção de Estado e de organização social, o neoliberalismo.

Outros fatores que contribuem para a crise do EBES, especialmente a partir dos anos 1990, são a globalização, que diminui a possibilidade de atuação do Estado-nação; as mudanças no mercado de trabalho em uma economia mais baseada nos serviços que na indústria, que diminui a estabilidade no emprego e aumenta o desemprego através do uso intensivo de tecnologias que substituem a mão de obra humana; além do fim do bloco de países socialistas que liberou certas amarras do Capital por ter se tornado mais difícil imaginar um modelo fora do regime capitalista.

O modelo proposto por Esping-Andersen, ao se restringir na análise de países europeus de economia altamente desenvolvida, abarca um rol pequeno de países para uma concepção global do que é o EBES. Sendo assim enquadrar um país situado em outro contexto histórico e espacial é tarefa complicada. No entanto, o modelo de Andersen oferece diretrizes e padrões para se buscar características básicas do que pode vir a ser considerado um EBES. Neste sentido, alguns autores buscaram entender se o Brasil possui um Estado deste tipo e em quê se aproximaria dos modelos de Esping-Andersen (Fiori, 1997; Kerstenetzky, 2011; Grin, 2013; Lobato, 2016; Crestani e Oliveira, 2017). Não cabe nesta pesquisa relacionar o Estado brasileiro com os modelos de Esping-Andersen, mas ter como referência para melhor compreender o atual modelo de Estado e de direitos sociais presentes no Brasil.

O Brasil possui uma história bastante sui generis uma vez que foi o único país a implantar uma monarquia absolutista na América Latina após a independência. Essa monarquia durou até 1889 quando foi implantada a República. Porém esta República só reconhecia direitos políticos a uma ínfima minoria dos seus habitantes (por exemplo o voto era proibido aos analfabetos que eram maioria da população à

época). Ao contrário da clássica sequência lógica dos três tipos de direitos relatada por Marshall, no Brasil os direitos sociais começam a surgir apenas a partir da década de 1930 e sob um regime ditatorial em que os direitos políticos eram praticamente inexistentes.

Essa inversão da conquista dos direitos fez com que José Murillo de Carvalho chamasse de "estadania" que seria "uma cultura orientada mais para o Estado do que para a representação e em contraste com a cidadania" (Carvalho apud Grin, 2013). A concessão de alguns direitos por parte do Estado brasileiro esteve ligada à legitimação de regimes e ao processo de industrialização do país. O governo concedeu direitos, em especial os trabalhistas como férias, 13º salário, entre outros, para além de obter apoio popular e se legitimar (uma vez que não foi eleito pelo voto) e para regular a relação capital-trabalho de modo a viabilizar a modernização e industrialização do país.

Esse tipo de concessão de direitos por parte do estado também foi chamado de "cidadania regulada" por Wanderley Guilherme do Santos (Lobato, 2016). Esta cidadania regulada significou a concessão de direitos não por uma organização e manifestação das vontades sociais, mas ação de cima para baixo do Estado. Dessa forma, os direitos sociais se desenvolveram de forma fragmentada e o acesso a eles dependiam da inserção no mercado de trabalho formal, de forma a privilegiar as camadas urbanas da população (*idem*, 2016).

Após a ditadura de Getúlio Vargas que durou de 1930 a 1945 o Brasil teve um breve período de democracia que findou com o golpe militar de 1964 que implantou uma sequência de governos militares até 1985. Este período todo foi caracterizado pela cidadania regulada em que alguns direitos sociais foram concedidos porém ainda não se pode falar na construção de um EBES no Brasil. Entre outros motivos porque a cidadania era muito limitada uma vez que a população sequer tinha o direito de escolher o presidente da república e muitos dos movimentos sociais e sindicais eram criminalizados.

Com o fim da ditadura militar começa o grande projeto de construção de um EBES brasileiro com a já citada promulgação da constituição de 1988. O processo de redemocratização ocorreu em um momento de ressurgimento dos movimentos sociais brasileiros, por exemplo o movimento sindical e as greves dos metalúrgicos do ABC paulista, as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, os



movimentos de luta pela terra como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento estudantil e outros setores urbanos de classe média que lutavam por eleições diretas à presidente da república (Rocha, 2008). Outro dado importante foi a crise do Estado desenvolvimentista, no qual vigorava a cidadania regulada, devido ao alto crescimento da dívida externa e à superinflação dos anos 1980.

O contexto de ressurgimento dos movimentos sociais, de reconquista do direito ao voto aos principais cargos do executivo e de abertura partidária culminando com o estabelecimento de vários direitos universais que o Estado tem o dever de garantir aproxima finalmente da sequência lógica da cidadania proposta por Marshall. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) contou com ativa participação da sociedade civil em sua elaboração inclusive por meio de emendas populares ao Projeto de Constituição. Foram apresentadas 122 emendas populares das quais 43 foram aproveitadas na CF/88. As emendas populares e a participação dos movimentos sociais na assembléia nacional constituinte foram de extrema relevância para a aprovação dos direitos sociais na nova constituição (Brandão, 2011).

Desta forma, o projeto de criação do EBES brasileiro surge efetivamente apenas a partir da referida constituição. Em seu artigo 6º a CF/88 define que "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados".

Deste modo, a CF/88 representa um marco em que as políticas sociais deixam um modelo seletivo e residual e passam a buscar um padrão mais universalista (Crestani e Oliveira, 2018). Exemplos desse padrão universalista são: o Sistema Único de Saúde (SUS), gratuito e de acesso a todos os cidadãos independente de sua contribuição; o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que é a garantia de uma renda de um salário mínimo a pessoas com deficiência ou idosos acima de 65 anos com renda per capita familiar de até 1/4 do salário mínimo, independente de contribuições; e a aposentadoria rural que garante o recebimento de no mínimo um salário mínimo a todo trabalhador rural com idade acima de 65 anos mesmo que não tenham contribuído para a previdência social. O dever do Estado Brasileiro de ofertar uma educação pública, gratuita e de qualidade a todos os cidadãos até o ensino secundário. Isto mostra a tentativa de certa desmercadorização dos cidadãos

brasileiros pela CF/88.

Outro aspecto importante para se ressaltar na CF/88 e após sua promulgação são os avanços legais e instituições que visam a garantir a efetivação dos direitos sociais previstos na carta magna. Entre esses avanços podemos destacar: a criação dos diversos conselhos setoriais (de saúde, das cidades, tutelares, etc.) com participação da sociedade civil, do governo e do mercado; o Estatuto da criança e do adolescente (ECA); a criação da lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que estrutura todo o sistemas de políticas sociais ofertadas pelo Estado (Rocha, 2008); E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que regulamenta todo o funcionamento da educação brasileira, tanto pública quanto privada. Essa lei garante que o sistema de ensino da educação básica pública é definido pela gestão democrática exigindo a participação da comunidade escolar e local, formando-se conselhos escolares<sup>4</sup>.

A efetivação dessas diretrizes constitucionais necessita de grande aporte de recursos. A CF/88 inovou ao implementar no Brasil a criação de três diferentes tipos de orçamentos para a União Federal: o orçamento fiscal, o orçamento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social. O orçamento da seguridade social é composto por uma base diversa de impostos e contribuições de modo a se tornar menos vulnerável às oscilações da economia. De acordo com Lavinias (2014) a carga tributária brasileira passou de cerca de 14% do PIB ao final dos anos 1940 para cerca de 35% do PIB em 2011. No entanto, como veremos adiante, a efetivação desse sistema de seguridade social não passou incólume às crises econômicas enfrentadas pelo país.

De forma genérica, uma Constituição é a ordenação jurídica máxima de um país. Constituição é um documento escrito que representa a ordenação racional e sistemática de uma comunidade. É através da Constituição que "se garantem os direitos fundamentais e se organiza, de acordo com o princípio da divisão dos poderes, o poder político" (Canotilho apud Ferreira, 2016). As constituições não são apenas um documento escrito nem garantem todos os direitos nela previstos pela simples promulgação da mesma. Esses direitos dependem de condições favoráveis para sua efetivação. Sua forma e os direitos nela garantidos são fruto da correlação de forças no momento de sua elaboração em dada sociedade (Ferreira,

---

<sup>4</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Lei nº9.394 de 20 de dezembro de 1996.

2016). Da mesma forma, a efetivação desses direitos dependerá da correlação de forças ao longo do tempo nessa mesma sociedade.

A CF/88, conhecida como a "Constituição Cidadã", surge com um projeto de universalização de direitos e serviços, ou seja, de construção de um EBES brasileiro. Neste aspecto, a CF/88 pode ser vista como "utópico-programática", representando, com relação ao tempo constitucional (Ferreira, 2016), "o presente do futuro" uma vez que proclama obrigações ao Estado e tarefas sociais mais amplas para a inclusão no âmbito da cidadania de grande parcela da população brasileira até então excluída.

Santos (2003) ao analisar os paradigmas jurídicos das sociedades identifica 4 tipos de sociabilidade que seriam a violência, a coexistência, a reconciliação e a convivialidade. A violência ocorre quando a cultura dominante ou o mundo da vida normativo têm total controle sobre o resto da sociedade, dessa forma, sentem-se legitimados para suprimir ou mesmo destruir os agentes sociais subalternos. Este é o tipo de sociabilidade presente nas ditaduras. A coexistência são o tipo de apartheid cultural, onde as diferentes culturas se desenvolvem excluídas umas das outras e seus contatos são desincentivados ou mesmo proibidos.

A reconciliação é a sociabilidade baseada na restauração da coesão social. Neste caso deixa-se de lado antigas ofensas, não se pune antigos atores sociais criminosos. É uma forma de sociabilidade voltada ao passado e que permite que antigos poderes permaneçam na nova ordem jurídica-política e se reproduzam sob novas aparências. Por último, há a convivialidade na qual se tenta uma reconciliação voltada ao futuro. Neste caso, as ofensas passadas são resolvidas de forma a viabilizar um convívio mais igualitário entre os agentes sociais com uma autoridade social mais compartilhada (Santos, 2003). A CF/88 se aproxima da convivialidade, quando falamos dos direitos sociais que essa assegura aos indivíduos e obriga ao Estado, mas por outro lado, se aproxima da reconciliação quando da organização do Estado e do Exercício do poder.

A primeira grande contradição da CF/88 se dá no exercício do poder político. Em seu artigo 14 a constituição diz que "a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I- plebiscito; II- referendo; III- iniciativa popular". Estes mecanismos, visando a uma maior participação dos cidadãos nas tomadas de

decisão, são importantes instrumentos de democracia direta e essenciais para a efetivação da vontade popular na medida em que não limita a atuação estatal à classe política.

No entanto, em seu artigo 49 inciso XV, a CF/88 diz que é da competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar referendo e convocar plebiscito. Esta competência exclusiva limita a utilização desses mecanismos de democracia direta, sendo constantemente alegado pela classe política que plebiscitos e referendos são uma forma de usurpar as funções do Congresso Nacional. O resultado é que nos 30 anos de vigência da CF/88 apenas 1 plebiscito e 1 referendo de âmbito nacional foram realizados. O plebiscito, realizado em 1993, visava à definição da forma de governo, no qual ganhou o presidencialismo. Porém, este não foi um plebiscito convocado pelo Congresso. Ele já estava previsto nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da própria Constituição.

O referendo foi realizado em 2005 e visava à aprovação da Lei 10826/2003 que versava sobre o Estatuto do Desarmamento, durante o governo Lula. A praticamente inexistente realização de plebiscitos e referendos no Brasil é consequência da rigidez de sua convocação expressa no texto constitucional que, por sua vez, é fruto do processo de redemocratização do país. Ao contrário de outros países em que a entrada na democracia após longos anos de ditadura civil-militar foi marcada por grandes rupturas, no Brasil o processo foi "lento e gradual" e representou a continuidade de grande parte da elite política da ditadura no poder.

Um aspecto que demonstra isso claramente é o papel atribuído às Forças Armadas na CF/88. Em seu artigo 142 a CF/88 diz que "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem". Note-se que às Forças Armadas cabe, para além de eventuais inimigos externos, garantir a lei e a ordem dentro do território nacional, ou seja, atuar contra concidadãos brasileiros.

Este é um artigo que foi frequentemente citado nas recentes manifestações de rua por defensores da ditadura civil-militar que culminaram com o impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff. Além disso, na atual crise política vivenciada no

Brasil, há uma atuação política clara de membros das forças armadas, inclusive opinando sobre decisões do Poder Judiciário. O exemplo mais marcante talvez tenha sido o caso do julgamento do Habeas Corpus do ex-presidente Lula pelo Supremo Tribunal Federal em que o então Comandante do Exército, General Eduardo Vilas Boas, escreveu em uma rede social digital:

Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais? Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais. (Villas Bôas *apud* Conjur, 2018).

A segunda grande contradição da CF/88 é exatamente o tempo de sua promulgação. Esta surge em um período em que o EBES passava por grande crise mesmo na Europa, seu lugar de nascimento. É o período em que começa a vigorar o "consenso de Washington" e avança o projeto neoliberal em que se preconiza a diminuição das atribuições do Estado na vida social e econômica enquanto se dá maior ênfase ao mercado para suprir as necessidades dos cidadãos.

Além deste contexto global, ela surge na própria crise de financiamento e de hiperinflação do Estado brasileiro. Este contexto desfavorável fará com que a implementação do projeto por ela delineado sofresse muitas dificuldades para ser implementado e alguns retrocessos. Assim, a CF/88, desde seu nascimento, sofre de duas visões contraditórias com relação às constituições. Por um lado, os que a veem como um referencial para a promoção de uma sociedade mais justa, democrática e que promova o EBES e, por outro lado, os que capturam a constituição de uma forma não democrática, com base em critérios apenas de austeridade econômica de modo a dismantelar sua dimensão social (Ferreira, 2016).

Nos cinco anos subsequentes à promulgação da CF/88 vários arranjos institucionais foram criados para efetivar os direitos previstos, por exemplo: lei 8069/1990, criação do ECA; lei 8080/1990, criação do SUS; lei 8742/1993, lei orgânica da assistência social bem como a já citada lei de diretrizes e bases da educação. Entretanto, esses marcos legais não são suficientes sem o aporte de

recursos necessários à sua implementação e a viabilização desses recursos começa a sofrer graves entraves a partir de 1994.

Após vários planos econômicos fracassados com o intuito de combater a hiperinflação dos anos 1980 e começo dos 1990 surge o Plano Real. Apesar de bem sucedido para enfrentar o problema da hiperinflação, este plano altera partes importantes da CF/88, especialmente no tocante ao financiamento da Seguridade Social. O ajuste fiscal exigido pelo Plano Real criou o Fundo Social de Emergência (FSE). O FSE previa a desvinculação de 20% das receitas da União para a criação de um colchão fiscal que viabilizasse o Real (Batista Jr., 1996).

Ou seja, o FSE, por meio de emenda à CF/88, retirava 20% de todas as receitas destinadas ao financiamento da Seguridade Social. A princípio ele teria caráter provisório (2 anos), porém o FSE foi prorrogado várias vezes até que no ano 2000 passou a se chamar Desvinculação de Receitas da União (DRU). A DRU vigora até os dias de hoje. Em um país com altos índices de pobreza e enorme desigualdade, 20% a menos de recursos para áreas como Saúde, Assistência Social e Previdência causa grande dificuldade para a concretização de um EBES.

Após o período de políticas marcadamente neoliberais nos anos 1990 e início dos anos 2000 o país volta a ter, entre 2004 e 2014 governos mais comprometidos com a construção do EBES brasileiro. No entanto, após a controversa destituição da presidente Dilma Rousseff o pacto social que viabilizou o projeto da CF/88 parece ter se rompido. O governo de Michel Temer, substituto de Dilma aprovou em 2016 a emenda constitucional 95/2016, conhecida como o "Novo Regime Fiscal<sup>5</sup>".

Este Novo Regime Fiscal congela o orçamento da União Federal, em termos reais, em todas as áreas, desde os investimentos até o orçamento da seguridade social, exceto os gastos com o serviço da dívida pública brasileira durante 20 anos. A Assistência Social pode vir a acabar se for mantido o novo regime fiscal. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstra que, com o novo regime fiscal, a partir de 2026, a verba da assistência social não será suficiente nem para cobrir o BPC, cujo gasto é constitucionalmente obrigatório. Neste cenário, outras áreas da assistência social, que são despesas discricionárias, já não teriam

---

<sup>5</sup> Emenda Constitucional nº95, de 15 de dezembro de 2016.

verba para funcionar antes disso (IPEA, 2016a).

O cenário do financiamento do SUS não é melhor. Ao simular o cenário em que o novo regime fiscal estivesse valendo desde 2003, o IPEA demonstra que no período de 13 anos, até 2015, o orçamento da saúde pela União teria sido 42,1% menor ou teria tido R\$257 bilhões a menos por parte da União (IPEA, 2016b). Cabe ressaltar que o cenário pode ser ainda mais grave uma vez que o Brasil continua em crescimento populacional, ou seja, enquanto as verbas disponíveis para garantir o direito à saúde dos brasileiros diminui a população aumenta, fazendo com que o gasto per capita que já é baixo fique ainda menor dentro das regras do novo regime fiscal.

No caso da educação a situação também é bastante grave. Sob os efeitos do novo regime fiscal, o orçamento destinado a financiar a educação brasileira vem sofrendo sucessivas diminuições. É verdade que as quedas já vinham do período imediatamente anterior, ainda no governo Dilma Rousseff quando a hegemonia neoliberal já estava presente na sociedade brasileira, ainda que com um partido de esquerda à frente do governo federal. Estudo realizado pela Câmara dos Deputados do Brasil mostra que entre 2014 e 2018 o orçamento do Ministério da Educação sofreu uma redução de -11,7%. Neste período, as verbas para o ensino superior sofreram redução de -15%, as do ensino básico (que engloba o secundário) -19,3%, ensino profissional -27,6% e desenvolvimento científico e difusão -5,5%. No mesmo período, o investimento na educação brasileira sofreu redução de impressionantes -56,6% (Brasil, 2019).

## *2.2 As condições das escolas goianas: matéria prima para fabricar rebeldes*

Uma condição necessária para o bom funcionamento do ensino-aprendizagem é a boa infraestrutura das escolas. Historicamente o Brasil sempre sofreu de atraso e poucos investimentos em educação. Isto acarreta não só no baixo nível de escolaridade do país como também na infraestrutura precária de suas escolas. A situação não é diferente no estado de Goiás. Como veremos a seguir, as condições de infraestrutura das escolas goianas pra o ano de 2014 (um ano antes de os estudantes secundaristas goianos decidirem ocupar suas escolas em prol de uma

educação pública de qualidade) deixava bastante a desejar, inclusive na rede estadual de ensino.

O Ministério da Educação brasileiro divide as escolas em quatro tipos de redes de ensino, a saber: rede federal, rede estadual, rede municipal e rede privada. Vale lembrar que, de acordo com a CF/88 e a lei de diretrizes e bases da educação a oferta de ensino é feita da seguinte forma: governo federal tem o dever de ofertar o ensino superior, governos estaduais o dever de ofertar o ensino secundário, e governos municipais de ofertarem o ensino primário. No entanto, não é vedada a participação de determinada esfera de governo em um nível de ensino diferente. Por exemplo, há universidades estaduais, escolas de ensino secundário federais, bem como escolas estaduais que ofertam o ensino primário. A rede privada pode atuar em qualquer dos níveis de ensino, desde que regulamentada e reconhecida pelo ministério da educação.

A precariedade da infraestrutura das escolas estaduais goianas fica patente já na análise do item mais básico de todos, o saneamento básico. No Brasil, ao contrário de vários países europeus, não é recomendável o consumo direto da água proveniente da rede pública, sendo o uso do filtro generalizado. No entanto, nas escolas estaduais goianas, apenas 91,7% delas possuíam água filtrada este é o menor percentual entre todas as redes de ensino, incluindo a municipal que em geral possuía menos recursos para investimento. Isso representava 137 escolas e 55.579 alunos que não consomem água de boa qualidade em seu estabelecimento de ensino. Da mesma forma, apenas 42% das escolas possuíam tratamento adequado das águas residuais (IMB, 2015).

A situação não melhora quando avançamos para itens de infraestrutura mais complexos e que são também essenciais para a boa educação dos alunos. Apenas 20,4% das escolas estaduais goianas possuíam laboratório de ciências (ambiente com equipamentos para aulas de química e física); a biblioteca, independentemente de sua estrutura e quantidade de obras disponibilizadas aos alunos estava presente em 82,2% dos estabelecimentos de ensino da rede estadual; apenas 55,6% dessas escolas contavam com quadra poliesportiva; enquanto que 88,8% contavam com laboratório de informática e 96,2% com acesso à internet (*idem*). Interessante notar que havia mais escolas com laboratório de informática que com biblioteca demonstrando uma integração na era da informação ainda que a leitura seja



negligenciada. Quanto ao acesso à internet, não necessariamente ele era disponibilizado aos alunos. Em muitos casos a internet nas escolas funcionava mais como ferramenta administrativa, de gestão que para o ensino.

Além da infraestrutura das escolas, outros quesitos cotidianos eram bastante precários nas escolas goianas incluindo a restrição para a criação de grêmios estudantis, participação na gestão da escola e até a comida servida que não era de boa qualidade. De acordo com a entrevistada 9:

desde então eu tinha muitos conflitos com a direção porque nesse ano a gente tentou criar um grêmio, aí o grêmio era barrado, a diretora não queria deixar a gente criar o grêmio, foi uma luta para conseguir criar. Tinha muitas coisas que aconteciam na escola que era um conflito mesmo próprio da escola, como por exemplo o almoço da escola era muito ruim assim, eu sou traumatizada até hoje com o almoço do Pré-Universitário, tem coisas bem toscas assim, mas que tipo marcou minha vida que eu não consigo mais comer repolho porque eu comi durante dois anos no Pré-Universitário repolho todo dia porque era a única salada que eles davam para a gente era repolho, sabe? Então tinham essas reivindicações na escola sobre comida, sobre banheiro, sabe? Sobre quadra, era muitas coisas que a gente queria mudar na escola, que a gente queria dialogar, queria ajudar na participação da questão do dinheiro saber para onde que vinha o dinheiro porque a gente ganhava um prêmio lá dessas escolas que saem bem lá na média do INEP<sup>6</sup> e a gente nem sabia para o que é que servia esse dinheiro, ou para onde estava indo esse dinheiro. (entrevistada 9).

A política de ensino goiana, ao longo das últimas décadas tem privilegiado um tipo de ensino *sui generis* e que será alvo dos protestos dos estudantes, a militarização. Militarização do ensino significa escolas da rede estadual que são administradas não pela secretaria de educação estadual, mas pela secretaria de segurança pública. Dessa forma grande parte dos professores e do corpo diretivo da escola é composta por policiais militares. Aliás, há inclusive uma mudança de nomenclatura. Direção, nas escolas militares é chamada de “Comando” e diretor é chamado de “Comandante”.

Essas escolas funcionam sob uma lógica muito diferente das escolas civis, regulares. Os alunos têm que passar por um processo seletivo para poderem se matricular ali. As fardas utilizadas pelos alunos são modeladas de acordo com o fardamento da própria polícia militar. Além disso, no regimento escolar<sup>7</sup> das escolas militares, há todo um regramento disciplinar que restringe a liberdade dos alunos. As transgressões disciplinares são divididas em leve, média e grave.

---

<sup>6</sup> INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Órgão do governo federal responsável pelas avaliações da qualidade do ensino no país.

<sup>7</sup> Regimento escolar do Comando de Ensino da Policial Militar do Estado de Goiás de 13 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.portalcepmg.com.br/wp-content/uploads/2018/05/document.pdf>

Dentre as transgressões leves estão: 1) deixar objetos ou peças do uniforme em local não apropriado; 2) conversar ou mexer-se quando estiver em forma; fazer ou provocar excessivo barulho em qualquer dependência do colégio; 3) usar óculos com lentes ou armações de cores esdrúxulas, mesmo sendo de grau, boné, tiaras, ligas coloridas ou outros adornos quando uniformizados; 4) dobrar short ou camiseta de educação física para diminuir seu tamanho, desfigurando sua originalidade; 5) mascar chiclete ou similares nas dependências do colégio ou uniformizado; entre outros.

Dentre as transgressões médias temos os seguinte exemplos: 1) ter em seu poder, introduzir, ler ou distribuir, dentro do Colégio, publicações, estampas ou jornais que atentem contra a disciplina, a moral a ordem pública; 2) deixar de cortar o cabelo na forma regulamentar ou tingi-lo e/ou apresentar-se com barba ou bigode por fazer e costeleta fora do padrão; 3) apresentar-se com o cabelo fora do padrão, deixando-os soltos com pontas ou mexas caídas (alunas), ou tingido de forma extravagante; 4) quando uniformizado, deixar de atentar para a postura e compostura, seja no Colégio ou fora dele; 5) comparecer a aluna, a qualquer atividade com as unhas fora do padrão, estando devidamente uniformizada; 6) travar discussões com membros da comunidade escolar; 7) deixar de prestar a devida continência aos militares; 8) dirigir memoriais ou petições a qualquer autoridade, sobre assuntos da alçada do comandante do CPMG<sup>8</sup>; 9) negar-se a colaborar ou participar nos eventos formaturas, solenidades, desfiles ou promoções oficiais do Colégio.

Alguns exemplos de transgressões graves são: 1) promover ou tomar parte de qualquer manifestação coletiva que venha a macular o nome do CPMG ou que prejudique o bom andamento das aulas e/ou avaliações; 2) Denegrir o nome do CPMG ou de qualquer de seus membros através de procedimentos desrespeitosos, seja por meio virtual ou outros; 3) Provocar ou tomar parte, uniformizado ou estando no Colégio, em manifestações de natureza política; 4) Manter contato físico que denote envolvimento de cunho amoroso (namoro, abraços, beijos, etc.) dentro do Colégio ou em suas adjacências ou em ato representativo escolar ou fora dele, estando uniformizado; 5) Desrespeitar os símbolos nacionais.

---

<sup>8</sup> CPMG é sigla para Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Para todas as categorias de transgressões disciplinares foi retirada apenas uma amostra da lista contida no regimento escolar. Procurou-se registrar aqui apenas aquelas que nos causa mais estranhamento por atentar contra a liberdade de expressão e manifestações, por atentar contra a liberdade individual, especialmente de jovens (por exemplo cortes de cabelo, cor de óculos, entre outros), por revelar resquícios de dominação patriarcal ao restringir especificamente o comportamento das alunas em alguns aspectos, por pressupor um controle sobre os alunos mesmo fora do colégio, bastando para isso apenas o uso da farda. Parece-nos que os alunos, embora alguns ainda muito jovens uma vez que são ofertados ensino desde o 6º ano do ensino primário, são vistos e tratados como próprios soldados ou membros da corporação da polícia militar.



Foto: Comando de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás – CEPMG in <https://diariodegoias.com.br/abertas-inscricoes-nos-colegios-militares-de-goias-para-2021/>

Apesar de todo esse código de conduta, o sistema de ensino militar é bem visto por parte da população goiana. Mas há uma razão bastante concreta para isso. Se as escolas civis carecem de infraestrutura básica, as militares não têm o mesmo problema. 100% das escolas militares possuem laboratórios de informática, 83,3%

possuem laboratório de ciências, 100% possuem quadras poliesportivas, 100% possuem bibliotecas, 44,4% possuem auditório, contra apenas 9,9% das civis, 88,9% possuem casas de banho adaptadas para portadores de necessidades especiais, contra apenas 65,5% das civis (IMB, 2016).

Soma-se a esse cenário que, em 2014, havia 512 salas de aula na rede pública estadual que não estavam sendo utilizadas para fins didáticos. Embora isso represente apenas cerca de 5% do total de salas de aula da rede, ao se considerar a média de salas de aula por escola, é como se 54 escolas estaduais estivessem sem funcionar. Aliás, o fechamento de uma tradicional escola estadual em 2014, o Colégio José Carlos de Almeida, foi um dos estopins para a eclosão do movimento de ocupação de escolas em Goiás. O José Carlos de Almeida viria a ser a primeira escola ocupada pelo movimento.

### 2.3 A Tentativa de terceirização das escolas pelo governo estadual

Na primeira seção deste capítulo mostramos como o neoliberalismo adentra no Estado e na sociedade brasileira, tendo seu auge nos anos 1990, com arrefecimento na primeira década o novo milênio, mas com retorno forte a partir de 2015. Pois foi nos anos 1990, no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) que ocorreu uma profunda reforma do Estado brasileiro que viria a servir como amparo legal para a terceirização de escolas de Goiás.

O governo FHC criou o Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), cujo ministro foi o renomado economista Luiz Carlos Bresser-Pereira. Bresser-Pereira promoveu a reforma do Estado brasileiro buscando uma administração mais enxuta e eficiente, de acordo com o que chamou de modelo gerencial. Segundo o ex-ministro “no plano político transitamos do Estado Oligárquico ao Estado Democrático (de elites). No administrativo, do Estado patrimonial ao Estado gerencial; no plano social, da Sociedade Senhorial para a Sociedade Pós-Industrial” (Bresser-Pereira, 2001). O Estado patrimonial da sociedade senhorial durou da formação do país até os anos 1930 enquanto que o Estado gerencial da sociedade pós-industrial começou após a promulgação da CF/88, especialmente após a reforma implantada por ele no governo FHC e vem até os dias de hoje. Entre

um período e outro, Bresser-Pereira considera que houve um Estado autoritário com uma sociedade capitalista industrial e um modo de administração burocrático.

Interessa-nos aqui a reforma gerencial feita nos anos 1990. Segundo o próprio autor da reforma “A Reforma Gerencial de 1995 teve três dimensões: uma institucional, outra cultural e uma terceira, de gestão” (*Idem*). A concepção da reforma tentava fugir da discussão sobre o tamanho do Estado, se grande ou mínimo, se interviria mais ou menos na economia ou se deveria possuir empresas ou privatizar e se restringir à regulação do ambiente de negócios. Segundo o autor

Ao invés de insistir nessa questão, perguntei-me primeiro: quais são as atividades que o Estado hoje executa que lhe são exclusivas envolvendo poder de Estado; segundo, quais as atividades para as quais embora não exista essa exclusividade, são atividades que a sociedade e o Estado consideram necessário financiar (particularmente serviços sociais e científicos); finalmente, quais as atividades empresariais, de produção de bens e serviços para o mercado? A estas três perguntas adicionei mais uma: quais são as formas de propriedade ou de organização relevantes no capitalismo contemporâneo: apenas a propriedade privada e a estatal, ou haveria entre as duas uma terceira, a propriedade pública não-estatal, que assume cada vez maior importância nas sociedades contemporâneas? (Bresser-Pereira, 2001).

O ministro da reforma diz que a questão do tipo de propriedade foi fundamental na reforma. E é exatamente nessa discussão que fica clara a influência da ideologia neoliberal hegemônica dos anos 1990. Segundo sua concepção, nas atividades estratégicas e nas exclusivas do Estado a propriedade deve ser pública. Na produção de bens e serviços, a propriedade deve ser privada. Já no âmbito de serviços sociais e científicos a propriedade deve ser predominantemente pública não-estatal (*idem*).

As propriedades públicas não estatais vieram a ter o nome de Organizações Sociais, ou simplesmente OS. A justificativa para a criação dessa forma de propriedade é dada na medida em que ele reconhece que os serviços sociais e científicos (saúde, educação, renda mínima, pesquisa científica, etc.) envolvem direitos humanos fundamentais de modo que o mercado não pode prestar de forma adequada baseada nas premissas do preço e do lucro. Por outro lado, seguindo sua lógica de raciocínio, uma vez que não envolvem o poder do Estado, não deveriam ser atividades estatais, uma vez que pressupõem ineficiências administrativas inerentes à burocracia estatal (*ibidem*). Note-se aqui, embora sem o reconhecimento do ex-ministro, a força da ideologia neoliberal que parte da premissa de que o Estado é sempre ineficiente ou, pelo menos, sempre menos ineficiente que a iniciativa privada.

Dessa forma as Organizações Sociais não visariam o lucro e sim o interesse público. Mas se elas não visam lucro tampouco são financiadas pela iniciativa privada. Dessa forma, está previsto que as Organizações Sociais seriam financiadas pelo poder público, em parte ou no todo. Cabe ressaltar que um dos aspectos considerados de menor ineficiência por parte do setor público é a contratação de servidores por meio de concurso público e com estabilidade, além de uma série de outros direitos que os funcionários públicos possuem (ainda) e que os da iniciativa privada não. Ou seja, sob o manto da melhor eficiência da gestão, esconde-se mais um projeto de precarização laboral.

O governador Marconi Perillo, em 2015, iniciava seu quarto mandato à frente do governo estadual de Goiás, o segundo de modo consecutivo. Marconi foi eleito pela primeira vez em 1998, na mesma eleição do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso no governo Federal. Importante lembrar que ambos são do mesmo partido, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o que evidencia que compartilham de várias das visões sobre como governar e das atribuições do Estado. Ambos têm uma visão liberal e de diminuição da influência do Estado na vida civil. Quando da volta da hegemonia liberal na sociedade brasileira, Marconi vê uma oportunidade de promover mais reformas liberalizantes no estado de Goiás.

Em governos anteriores<sup>9</sup> ele já havia implementado a gestão por meio de OS nas unidades de saúde do Estado. Com menos resistência, mas mesmo assim vale ressaltar que com resistência, transferiu a gestão de hospitais do estado para a gestão privada por meio de Organizações Sociais. O governo utilizou-se de maior transferência de recursos para as unidades hospitalares, promoveu reformas e passou a ideia de que o que havia melhorado o atendimento ao cidadão goiano teria sido a forma de gestão privada, por meio de OS. Assim, a terceirização implementada no sistema de saúde seria utilizada como propaganda governamental para tentar convencer a população a repetir no sistema educacional.

A estabilidade do servidor público é justificada, entre outros argumentos, para que o servidor possa ter autonomia no exercício de suas funções, sem poder ser retaliado devido a visões políticas a depender do governante de ocasião. Isso garante maiores possibilidades de manifestação e resistência aos servidores. Foi o caso dos servidores

---

<sup>9</sup> As Organizações Sociais foram regulamentadas no estado de Goiás pela lei 15.503 de 28 de dezembro de 2005.

da educação goiana. Embora o discurso oficial fosse de transferir a gestão escolar para OS, o governador, em evento com empresários no estado da Bahia, revelou os motivos pessoais por trás da proposta de terceirização

Eu disse e repito: não podemos ter baderneiros nas escolas. Escolas não conseguem lidar com baderneiros precisam de um modelo diferente. Para essas pessoas, a melhor coisa é a escola militar. Há que se ter disciplina, hierarquia e respeito. [...] Fui num evento e tinha um grupo de professores radicais de extrema esquerda me xingando. Eu disse: tenho um remedinho pra vocês. Colégio Militar e Organização Social. Identifiquei as oito escolas desses professores. Preparei um projeto de lei e em seguida militarizei essas oito escolas. O Brasil está precisando de ‘nego’ que tenha coragem de enfrentar” (Marconi Perillo *apud* Fabiana Pulcineli, 2015).

A fala acima revela tanto as diretrizes que regem a implantação de escolas militares (imposição de disciplina e hierarquia a jovens) quanto a intenção de implantar as Organizações Sociais como forma de enfraquecer a categoria dos professores e seu sindicato o Sindicato dos trabalhadores em educação do Estado de Goiás (Sintego). A insatisfação com a proposta de terceirização já era grande entre a comunidade escolar e essa declaração não ajudou no convencimento. Além da insatisfação com o modelo de organização social, que os professores viam que serviria para precarizar ainda mais suas condições de trabalho e remuneração a proposta surgiu de cima pra baixo, sem a devida discussão com a comunidade escolar, como determina a lei de diretrizes e bases da educação brasileira.

### **3 | Secundaristas em Luta-GO**

O projeto de terceirização de escolas em Goiás foi um dos principais projetos para o quarto mandato de Marconi Perillo à frente do governo estadual. Por todo o ano de 2015 o assunto foi preparado e era comentado na sociedade goiana. Os professores da rede pública estadual tinham várias divergências com o modo de governo de Marconi e já haviam realizados algumas greves em outros momentos. Foram os professores os primeiros a tentar resistir à proposta de terceirização e dialogar com o governo, participar das discussões sobre um eventual novo modelo de educação para o estado. Porém, como veremos a seguir, a intenção do governo não era exatamente o diálogo.

#### **3.1 As Primeiras tentativas de diálogo**

O governo de Goiás não possuía um histórico de diálogo com a comunidade escolar. Um ano antes o governo começa a implantar um projeto de educação integral nas escolas. Este é um bom exemplo da falta que faz o diálogo para a implementação da boa política pública. Escola em período integral, a princípio é uma medida desejável. Porém, quando a medida vem de cima para baixo muitos problemas podem ocorrer.

Para tornar algumas unidades escolares em período integral, o governo teve que diminuir o número de alunos da respectiva unidade e, conseqüentemente, realocar alunos para outras escolas. Isso causa alguns transtornos como a perda de amizades e, eventualmente, maior deslocamento da casa para a escola. No caso do ensino público goiano ainda surgiu outro problema, vários alunos secundaristas já eram trabalhadores e não podiam se dedicar em tempo integral aos estudos. Mas mesmo assim, a opção de se manter no ensino de meio período, ou alguma outra medida de mitigação do problema, não foi levada em consideração. A medida foi simplesmente imposta pelo governo. De acordo com a entrevistada 10:

antes de implementar as OS, eu estava no final do nono ano e avisaram que a gente iria para o integral. Ou iria para integral ou sairia no colégio e não importava onde você estivesse, teria que procurar uma escola de ensino comum. Então a partir disso a gente já começou a ficar um pouco mais preocupado, porque tinham alunos no nono ano comigo, por exemplo, que estudavam e trabalhavam. E eles não poderiam trabalhar e estudar, se virasse integral, eles teriam que escolher um ou outro. Então a evasão foi muito grande



e foi bem na época que eu entrei no movimento estudantil. Foi quando começou a criar uma indignação na gente (entrevistada 10).

Quando o governo começa a exteriorizar a intenção de promover a gestão privada das escolas por meio das Organizações Sociais, os professores, incluindo o Sintego, passam a estudar e analisar a proposta do governo. Primeiramente foram os professores que começaram a se reunir e debater aquilo que era uma novidade e parecia ser algo danoso à sua categoria bem como ao ensino público goiano. Segundo Tavares e Veloso

Durante o mês de novembro, uma campanha de coalizão denominada “Contra a Terceirização da Educação em Goiás”, composta majoritariamente por professores/as da rede pública estadual, promoveu reuniões, atos em escolas públicas e manifestações de rua contra a transferência da gestão escolar às organizações sociais e, obliquamente, contra a militarização das escolas públicas” (Tavares e Veloso, 2016).

O governo continuou sem ouvir a comunidade escolar a respeito da implantação de OS's o que fez com que os professores iniciassem uma jornada de manifestações para demonstrar sua insatisfação e tentar o diálogo com o governo. Essas manifestações possuíam um caráter mais tradicional. Ou seja, foram às ruas e praças com carro de som, levaram faixas e bandeiras do sindicato e contra a proposta do governo. Cabe ressaltar que havia professores de vários níveis, inclusive universitários, não apenas da rede estadual.

No capítulo anterior mostramos as queixas que os alunos tinham com relação às condições das escolas. Porém muitos desses alunos tinham boas relações com os professores e, a partir dessa boa relação, começa a surgir a aliança entre professores e estudantes contra a terceirização do ensino. Alguns professores combativos serviam de inspiração aos estudantes mesmo antes de 2015.

a gente começou a criar aquele vínculo com os colegas e professores, e tudo, então até se tornar amizade mesmo, então a gente tinha amizade com os professores, com todos os funcionários, e realmente assim, era uma relação muito maravilhosa. Tanto nas manifestações de 2013 que a gente ia junto, a gente começou a criar um caráter político na escola assim muito grande, então tiveram muitos vínculos nessa escola (entrevistada2).

Os estudantes ficaram cientes das propostas do governo e começaram a participar das manifestações junto com os professores. Em um segundo momento também participaram das reuniões de discussão sobre o projeto junto com os professores, para em seguida, realizarem suas próprias reuniões (apenas entre estudantes) e discutirem o quê e como os estudantes poderiam fazer para combater a terceirização e defender a escola pública.

Existia um movimento em Goiânia, que era o comitê pela educação, que era o comitê de professores, e aí a gente começou a se reunir na porta da escola, só entre os alunos mesmo, os secundaristas, e aí o pessoal falou que estava

tendo esse movimento, que era justamente contra as OS's, que era o movimento pela educação em Goiás, pela educação pública. E aí a gente começou a ir tanto nas manifestações, depois começamos a ir nas reuniões. Até que a gente ergueu a bandeira dos secundaristas em luta, e a gente começou a ir para as manifestações, como os secundaristas em luta, a gente tinha tipo o nosso bloco, e daí dessa parceria nesse comitê, nós começamos a pensar em ocupar as escolas. (entrevistada2).

O surgimento da resistência contra a terceirização da gestão escolar em Goiás surge, então, em ambientes físicos, no espaço de lugares de professores e alunos, especialmente, nas escolas. As primeiras tentativas de fazer o governo ceder e dialogar com a comunidade escolar se dá em reuniões, atos em escolas e manifestações de rua.



Fonte: página do Facebook Secundaristas em Luta-GO

### 3.2 Os exemplos de como se fazem ouvir

Como toda luta coletiva o movimento de ocupação de escolas em Goiás foi inspirado em outras lutas sociais anteriores. Dentre as várias referências que poderíamos encontrar vínculos que inspiraram os estudantes nesta luta duas se destacam: as jornadas de junho de 2013 e o movimento de ocupação de escolas de São Paulo, que se iniciou dias antes dos estudantes decidirem ocupar as escolas goianas.

Com relação às jornadas de junho, dois vínculos se destacam para esse exemplo direto. A conexão do Movimento Passe Livre de São Paulo com o coletivo “O Mal

Educado<sup>10</sup>” bem como a experiência de participação de professores e também de estudantes nas manifestações de rua daquele ano, como referido anteriormente (Januário *et al*, 2016). De acordo com um dos ocupantes goianos

De 2013, eu comecei a ir em manifestação, a primeira vez que eu fui foi em 2013 e eu já senti assim quando a gente está na manifestação o quanto que é doido, até por esse espírito da manifestação, até porque a luta dos secundaristas teve muitas ocupações, mas tiveram manifestações na rua também, a gente tinha essa preocupação de sair da ocupação e ocupar a rua também, manifestações e outras atividades também, mas teve o movimento de 2013 com certeza contra o aumento da passagem foi, já era uma experiência anterior de boa parte do movimento secundarista. (entrevistado12).

O Movimento de ocupação de escolas de São Paulo teve uma relação ainda mais direta com o movimento goiano. A primeira escola foi ocupada em São Paulo no dia 09/11/2015, exatamente um mês antes da primeira ocupação goiana. São Paulo possui uma influência histórica no estado de Goiás. O próprio povoamento do território goiano por colonizadores se deu por paulistas em busca de ouro no século XVIII. Desde então a economia e a própria sociedade goiana são fortemente vinculados com o Estado de São Paulo. Além disso, São Paulo é o estado de maior poderio econômico, um de maiores influências culturais e sede de alguns dos maiores meios de comunicação do país. Dessa forma, o movimento paulista foi amplamente divulgado em todo o país, com particular exposição em Goiás.

O governador de São Paulo à época era do mesmo partido do governador goiano, o PSDB, e, na linha da nova hegemonia neoliberal na sociedade brasileira também estava propondo reformas liberalizantes na educação pública. Em linha distinta da reforma goiana, o governo paulista pretendia fazer uma “reorganização escolar” de modo que escolas que ofereciam tanto o ensino primário quanto o secundário passariam a oferecer apenas um ciclo de ensino. Porém, tal reorganização implicaria no fechamento de centenas de escolas públicas além de fazer com que aumentasse sobremaneira o deslocamento casa-escola de milhares de estudantes. Neste caso também não houve diálogo com a comunidade escolar, o que causou ainda mais indignação com os estudantes e professores (Campos *et al*, 2016).

---

<sup>10</sup> O Mal Educado é um coletivo autonomista que teve grande influência nas ocupações de escolas em São Paulo. Dentre os aspectos que revelam sua importância está a tradução e divulgação do manual de como ocupar uma escola redigido por estudantes chilenos durante a chamada “Revolução do Pinguins” em que estudantes secundaristas chilenos, em 2006, ocuparam as escolas daquele país contra medidas neoliberais por parte do governo.

Então acho o que mais tem assim na construção desse movimento foi a inspiração, porque na época que aconteceu aqui em Goiás estava acontecendo em São Paulo o movimento contra a reorganização escolar, então ainda era muito latente lá as ocupações começaram em São Paulo em um mês antes daqui, exatamente um mês e então eles foram assim acho que as nossas inspirações naquele momento, nós tivemos também a possibilidade de receber alguns estudantes de lá que vieram para cá para visitar as escolas e trocar essas experiências e além das escolas de São Paulo também teve o caso dos estudantes chilenos, acho que foi em 2011(sic) que foi a revolução dos pinguins, que foi essa série de ocupações que teve lá, então se criou uma cadeia sim de inspiração, os estudantes chilenos inspiraram os estudantes de São Paulo e aqui em Goiás nos inspiramos nos estudantes chilenos nos de São Paulo (entrevistada6).

A fala acima demonstra bem a influência que teve o movimento de ocupação de escolas paulista para os estudantes goianos. Outra revelação importante da fala do entrevistado 6 é demonstrar a colaboração direta que um movimento teve com o outro ao citar a ida de estudantes de São Paulo à Goiânia para trocar experiências e dar dicas de como os estudantes poderiam se organizar nas ocupações para o maior sucesso do movimento. Ressalte-se que, mesmo na era da informação, o contato presencial, que exigiu uma viagem de quase mil quilômetros por parte dos estudantes paulistas, foi imprescindível para o melhor compartilhamento de informações. Mas a estrutura em rede e a rápida difusão de informações da sociedade em rede também se mostra presente quando se diz que foi criada uma cadeia de influências em que estudantes chilenos inspiraram os paulistas que por sua vez inspiraram os goianos.

### 3.3 A Ocupação das escolas pelos estudantes



Fonte: página do Facebook Secundaristas em Luta-GO. Criação: Flor de Saturno.

A imagem acima foi postada na página Secundaristas em Luta-GO, no Facebook, no dia 9 de dezembro de 2015. Esta foi a data da primeira escola ocupada em Goiás. A escola José Carlos de Almeida, ou apenas JCA, havia sido fechada pelo governo de Goiás no ano de 2014 sob o pretexto de ser realizada uma reforma no prédio para adequá-la ao modo de ensino integral. No entanto, além da citada controvérsia sobre esse projeto de ensino integral, a escola nunca mais viria a ser reaberta. O JCA era um colégio bastante tradicional de Goiás, fica na região central da capital e sua importância é tão óbvia que seu prédio é tombado como patrimônio histórico devido a sua arquitetura *Art Decó*, característica do centro histórico de Goiânia.

O fechamento daquela escola já foi motivo de grande indignação por parte dos estudantes, pois tiveram todos que serem realocados a outras escolas, perdendo seus vínculos de amizade entre colegas e professores e sofrendo dificuldades de adaptação.

A maioria dos alunos do JCA foi transferida para o Lyceu, outro colégio tradicional da cidade também localizado na região central. Por sua vez o Lyceu também recebeu estudantes do colégio Pré Universitário, por outros motivos. De acordo com um dos estudantes, isso gerou um clima não muito satisfatório no Lyceu

o Lyceu estava nesse clima de segregação, porque lá tinha a gente do Pré-Universitário lá, alguns gatos pingados perdidos do Pré-Universitário, tinha a galera que veio do JCA e que estava muito, eles estavam muito revoltados, porque a escola deles fechou e eles odiavam o Lyceu, assim quem era do Jose Carlos de Almeida odiava o Lyceu, achava o Lyceu uma bosta (entrevistada9).

A legenda da foto na página dos secundaristas revela inteligência dos estudantes para se usar a linguagem das redes sociais digitais em sua batalha pelo apoio social. Diz a legenda “O governo fecha escolas e os estudantes abrem”. Frase curta, rápida e que revela que a ocupação não era uma invasão, era a abertura, a expansão da importância do ensino no lugar da diminuição que o governo estava propondo.

A ocupação do JCA revelou o grande repertório de ação dos estudantes aliado a grande sentido estratégico. A escola foi escolhida pelo movimento devido a estar fechada. Assim os estudantes pensaram que haveria menos resistência para impedir a ocupação bem como para a desocupação, uma vez que aquele era um edifício inativo. Além dessa sábia escolha, os estudantes planejaram muito bem o dia da ocupação. Revelando a variedade de seu repertório de luta, os estudantes marcaram uma manifestação para a porta do Lyceu que, como dito acima, ficava próximo ao JCA. Dessa forma, os estudantes conseguiram desviar a atenção policial, que se voltou à manifestação no Lyceu, e arregimentar grande número de estudantes em local próximo à futura ocupação, garantindo número suficiente para uma ocupação duradoura. Nas palavras de um dos protagonistas

Aí a gente marcou manifestação na porta do Lyceu. Mas enquanto a galera estava reunida lá na porta do Lyceu, inclusive, não é? Tipo assim, o foco todo na porta do Lyceu, aí o JCA estava sendo ocupado. Na hora em que ele foi ocupado a gente pegou a manifestação, com aquela galera toda, e foi para o JCA. Parar lá na porta do JCA. Então foi uma estratégia, a gente conseguiu encher o colégio. Então eles não tinham como tirar a gente (entrevistado7).

A partir da ocupação do JCA começa a onda de ocupações das escolas. No dia seguinte, de forma totalmente autônoma foi ocupado o colégio estadual Robinho

Martins Azevedo. Essa ocupação surpreendeu os estudantes do JCA e os integrantes que estavam até então no movimento. A ocupação não estava planejada nem os estudantes se conheciam. O Robinho, como é chamado pelos secundaristas, é um colégio da periferia de Goiânia, situado a cerca de 10 quilômetros do JCA, na região noroeste da cidade, uma das regiões com piores indicadores sociais.

A partir daí seguem-se várias ocupações seguidas, no dia 11/12/2015 foi a vez do Lyceu ser ocupado e assim sucessivamente. Ao menos 27 escolas foram ocupadas em Goiás em cinco cidades diferentes. As cidades com escolas ocupadas foram Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Cidade de Goiás e São Luis dos Montes Belos.

## 4 | O Movimento de Ocupação de Escolas em Goiás

Os Secundaristas em Luta-GO, como dito anteriormente, tiveram grande influência das manifestações que tomaram as ruas do Brasil em 2013 e também das ocupações de escolas que ocorreu em São Paulo. Formado predominantemente por jovens estudantes secundaristas, mas não só por estes, fica claro que eles conseguiram reunir todos os elementos básicos de movimentos sociais identificados por Charles Tilly (2004).

Claramente houve um esforço coletivo e organizado para reivindicar pautas perante o poder estatal, houve várias formas de ação política como as passeatas e as próprias ocupações. Também houve a demonstração do WUNC preconizado pelo autor em relação a: 1) representação dos valores em prol da educação pública de qualidade defendidos pelos estudantes; 2) unidade interna do movimento na grande pauta anti-terceirização; 3) número grandioso de ocupações e integrantes do movimento tanto nas ocupações quanto nas demonstrações de rua; 4) e o comprometimento surpreendente de seus integrantes para enfrentar o que enfrentaram, como veremos mais a frente.

### 4.1 A Organização do Movimento de Ocupação de Escolas em Goiás

A forma de organização dos estudantes, de acordo com suas principais influências, está na linha do que Castells (2013) observou para os movimentos sociais da era da informação. Funcionam em forma de rede, recusam a hierarquia, não possuem líderes, não se identificam com partidos políticos ou outras instituições tradicionais da era industrial. No entanto, é importante ressaltar que, nas ocupações de Goiás, ao contrário do que houve nas jornadas de junho, o apoio de partidos, sindicatos e outras formas de movimentos sociais tradicionais não foi recusada pelos estudantes. Todo apoio era bem vindo, contanto que todos reconhecessem que aquele era um movimento dos secundaristas.

Outra importante distinção a ser feita com relação ao modelo de Castells é a de que, diferentemente do *Occupy Wall Street* e outros movimentos citados pelo autor, este movimento não surgiu nas redes para tomar as ruas. Ao contrário, o movimento surgiu nas escolas para tomar as redes.



As ocupações das escolas, para seu bom funcionamento exigiam muita disciplina e organização por parte dos estudantes. Da mesma forma que estava prescrito na cartilha “Como ocupar uma escola” os estudantes se dividiram em comissões, dentro de cada ocupação de modo a distribuir tarefas e não deixar nenhuma atividade falha e nem sobrecarregar alguém com grande número de atividade. De acordo com um dos estudantes

A gente era dividido em comissões. A gente tinha comissão de segurança, comissão de comunicação, comunicação de limpeza, da cozinha mesmo. Então a gente dividia as pessoas, todo o grupo da ocupação. Cada um ficava responsável por cada setor. E aí a gente tinha todo um planejamento de tarefas durante o dia. Cada um tinha que cumprir aquelas tarefas. Não podia pesar ninguém. A gente foi adaptando isso ao longo da ocupação (entrevistado8).

Interessante notar a fala sobre adaptação ao longo do tempo. Muitos imprevistos podem surgir durante uma ocupação, cada escola tinha um contexto muito diferente uma da outra e o convívio prolongado em condições difíceis são algumas características que exigiam capacidade de adaptação. Uma dessas adaptações ocorreu no JCA onde a comissão de limpeza foi extinta.

no início tinha a comissão da limpeza, com o tempo a gente viu que deveria tirar essa comissão, porque não precisaria ter pessoas para poder limpar a bagunça de outras pessoas, a gente deveria cada um ser responsável pela sua, aí beleza, com o tempo a gente já foi aprendendo a conviver (entrevistada 2).

Os horários também eram bem regulados, hora para acordar, para dormir, para almoçar e para fazer assembleias. As assembleias eram cotidianas dentro das escolas. Além dessas, havia uma assembleia semanal com o Comitê de Ocupação de Escolas, em que eram debatidos e deliberados os assuntos gerais do movimento, suas decisões estratégicas, bem como particularidades de cada escola, por exemplo, falta de mantimentos em uma escola, problemas de segurança, entre outros. Houve caso em que uma decisão importante se deu fora da assembleia geral, o que causou uma divisão no movimento e trouxe outras consequências, algo que será discutido mais à frente.



Fonte: página do Facebook Secundaristas em Luta-GO.

As assembleias ocorriam de forma presencial, cada vez em uma escola diferente. Cada escola ocupada levava dois representantes por vez que se revezavam. A ideia do revezamento dos representantes da escola é interessante para demonstrar a resistência em se criar líderes nas ocupações.

As votações nas assembleias, tanto as gerais quanto nas de cada escola, tinham uma regra bastante interessante e criativa. De acordo com uma secundarista

porque assim, cada coisinha tinha que ser deliberado em assembleia. Tudo, é igual eu te falei assim, até os horários das atividades, tudo, tudo, tudo, era deliberado em assembleia, e para ser deliberado em assembleia, a gente por exemplo, o assunto é tal, a gente tem que discutir aqui, manifestação de rua. Aí cada pessoa defendia um argumento, que quisesse falar na assembleia, depois a gente elencava as propostas, nessas falas, quais foram as propostas, daí a gente colocava essas propostas, e fazia as votações, daí é igual eu te falei, no início assim, a maioria do tempo que a gente ficou ocupado, só os secundaristas votavam, nas assembleias. Depois de um tempo, a gente deixou que os apoiadores votassem, porque tinham apoiadores que já estavam convivendo o dia a dia na escola também, tipo universitários, que também ocupavam sim, e estavam com a gente 24 horas, então a gente colocou secundarista peso II, e apoiador peso I nos votos. (entrevistada2).

A fala acima revela tanto o aspecto horizontal como democrático do movimento. Todos os assuntos, por mais simples que fossem, eram discutidos em assembleias com

abertura para todos falarem. Ademais, o caráter democrático se revela da permissão de participação de apoiadores do movimento nas votações. Se no início apenas os secundaristas votavam, uma vez que eles eram os protagonistas, eles quem se arriscavam mais no movimento, eles passaram a reconhecer a importância de apoiadores permitindo assim o voto deles. No entanto, para manter o protagonismo estudantil, decidiram pela estratégia simples de colocar peso nos votos, se secundarista o voto valia dois, se apoiador valia um.

#### 4.2 O Apoio da Sociedade para as ocupações de Escolas

A decisão de ocupar escolas veio da percepção dos secundaristas que o repertório de passeatas, manifestos e outras demonstrações públicas não estavam garantindo a visibilidade necessária perante a sociedade para levar o governo estadual a frear a proposta de implementação das organizações sociais e dialogar com a comunidade escolar. Ou seja, as ocupações surgiram da necessidade do movimento angariar apoio na sociedade goiana contra o governo. Mas, uma vez ocupadas as escolas, o apoio social seria essencial não apenas para deter as organizações sociais como também para a própria manutenção das ocupações.

Antes, porém, é importante enfatizar que vários grupos da sociedade goiana já apoiavam o movimento e ajudaram os estudantes a ocupar e a permanecer nas ocupações. Além dos professores, havia apoio de partidos políticos de esquerda, juventudes partidárias, movimentos de cunho autonomista e anarquista, entidades estudantis organizadas como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos estudantes Secundaristas (UBES). No entanto, na conservadora sociedade goiana, esses grupos são muito minoritários e apenas o apoio deles não seria necessário para fazer o governo voltar atrás em sua decisão.

Estudantes de colégios públicos em Goiás, em sua grande maioria, são oriundos da classe trabalhadora. Eles e suas famílias possuem poucos rendimentos de modo que a sustentação de uma ocupação necessitava de doações da sociedade. Como desocupar não era uma possibilidade com que os secundaristas contavam, mais uma vez eles foram criativos e demonstraram o vasto repertório de atuação desse movimento social. Para garantir doações de alimentos

pregava cartazes fora. Falando o que precisava e tal. Muitas vezes já rolou da gente, tipo assim, passar lá pelo centro, a gente fazia muito pedágio, assim. A gente ia para o sinal, a gente levava o nosso batuque, assim, e ia batucando. E a galera ia nos carros falando: "A gente é da ocupação e tal". Nossa, quantos dias a gente fez isso. Ali no centro, na Dez [00:44:49], na Anhanguera, Goiás<sup>11</sup>. A gente fazia isso quase todo dia, assim, porque era o nosso único meio de conseguir dinheiro para comprar comida. Comprar os trens (sic) que faltavam. Quando a gente não tinha doação. Teve uma época no Lyceu que a gente também conseguiu no restaurante perto, "todo dia umas duas horas vocês venham aqui que o que sobrar de comida eu dou para vocês". Sobrava muito arroz, muito feijão, muita coisa a gente conseguia pegar essa comida também (entrevistado7).

Os repertórios de ação dos estudantes se davam de forma predominantemente presencial, nas adjacências da escola ocupada. Os estudantes pregavam cartazes nos muros das escolas, distribuía panfletos nas ruas e buscavam se comunicar com transeuntes no esforço de conseguirem ajuda. Uma das formas de se conseguir ajuda era o jogral, quando os estudantes preparavam um texto e um ia completando a fala do outro até dizerem o texto todo. A estratégia de jogral é muito interessante pois, além de chamar mais a atenção de quem vê evita o protagonista de uma pessoa na medida em que não há apenas um, mas todos são porta vozes da mensagem.

As redes sociais também eram utilizadas para este fim. Havia postagens em que diziam o que cada escola precisava receber de doação. Além disso, era divulgado nas páginas de Facebook as doações que haviam recebido. Ainda com relação ao mundo virtual, destaca-se o apoio recebido pelo movimento do coletivo Desneurizador que é um grupo de pessoas que frequentava as ocupações, fazia entrevistas e reportagens de dentro das ocupações, o que dava voz aos estudantes, e postava em seu canal no Youtube

Este é o exemplo do Lyceu, um colégio centralizado que possuía grande visibilidade e cuja comunidade das cercanias possuía poder aquisitivo maior, o que facilitava as doações. Assim como verificado no caso paulista, escola de periferia tinham mais dificuldade em angariar doações (Campos *et al*, 2016). No citado colégio Robinho a situação era assim

na maioria das vezes lá no Robinho, como a gente não tinha acesso a essas questões de internet tão facilmente, a gente saía e conversava nas feiras, e aí pegava a caixa de som, e falava assim na porta, com o microfone sabe? Porque tinha uma feira lá na frente do Robinho, que ela era famosa, então era feira de frutas e legumes, de hortaliças assim, então a gente aproveitava esse momento para conversar com a comunidade, porque a gente sabia que lá ia frequentar senhoras da igreja estavam assustadas com o que estava

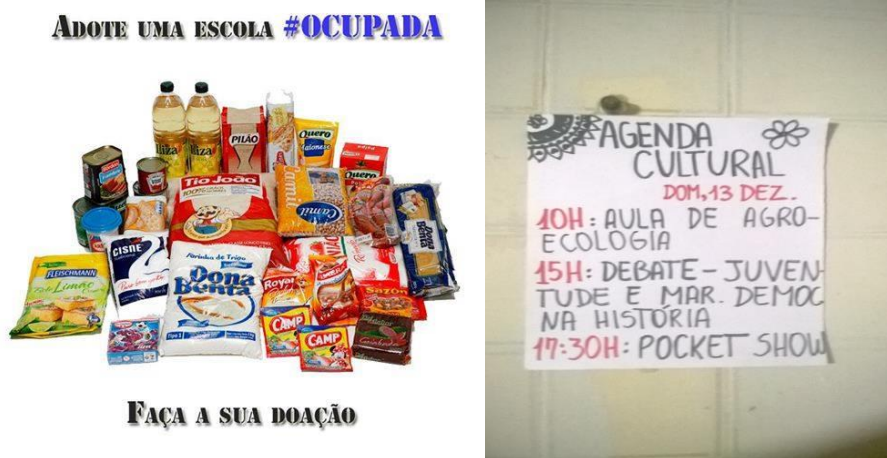
---

<sup>11</sup> Dez, Anhanguera e Goiás são nomes de importantes avenidas no centro de Goiânia.

acontecendo, às vezes mais e pais de alunos, familiares, então assim, a gente tentava decidir algo com a comunidade nesse momento (entrevistada1).

A comunidade ao redor também colaborava com a ocupação, mas o ambiente em que se dava o contato com a comunidade era diferente. Menos “pedágios” e mais contato com feirantes. No caso das doações de comidas é importante ressaltar a participação dos professores que realizaram muitas doações. Havia professores que iam de escola em escola perguntando do que os secundaristas precisavam e depois iam buscar essas doações em suas redes de contato ou mesmo comprarem com seus próprios recursos. Em alguns casos mais urgentes professores chegaram a transportar alimento que sobrava em uma escola para outra que o necessitava.

Além dessa diferença, os colégios mais centrais recebiam outros tipos de doação com maior frequência, as doações de aulas e eventos culturais. À medida que o movimento foi recebendo o apoio da sociedade, várias pessoas começaram a se mobilizar e ir às escolas oferecerem doações imateriais como aulas e atividades culturais.



Fonte: página do Facebook Secundaristas em Luta-GO.

A busca por doações nas ruas acabou por trazer um benefício imprevisto aos estudantes. O ambiente de uma ocupação é muito desgastante e com muita tensão de modo que as saídas proporcionavam um momento de descanso aos secundaristas “e a gente via o pedágio como uma forma de realmente sair da bolha da ocupação, da paranoia que é uma ocupação de que a polícia pode entrar a toda hora, que acontece muito isso” (entrevistado 12).

### 4.3 A Relação com outros Movimentos Sociais Organizados

Os secundaristas em luta tiveram apoio, para além dos professores de vários outros movimentos sociais. Como dito anteriormente havia regras para participação desses movimentos, de modo a impedir que os estudantes perdessem seu protagonismo. No entanto, a relação nem sempre era harmônica. Alguns estudantes tinham resistência à participação de outros movimentos sociais organizados. Por outro lado, a percepção de que, para enfrentar o aparato de repressão estatal, todo apoio era bem-vindo.

Uma das questões que causava essa resistência era o fato de que alguns estudantes integravam movimentos anarquistas que repudiavam qualquer estrutura hierarquicamente organizada. Outro ponto era que o governo estadual, aproveitando-se do ambiente de polaridade política pelo qual passava o país, dizia que os estudantes eram massa de manobra do sindicato dos professores (ele próprio vinculado a um partido de esquerda) e de partidos de esquerda que não estavam preocupados com a educação, mas apenas querendo desestabilizar o governo.

Além desses fatores havia um problema cultural ou mesmo geracional entre os secundaristas e movimentos sociais tradicionais. Os estudantes são jovens frutos da sociedade em rede e prezam por relações horizontais, que pressupõem formas distintas de ação e tomada de decisão. Essa distinção veio a fazer diferença em dado momento do movimento.

No início de 2016, quando o governo começa a fazer desocupações forçadas das escolas, o movimento decide que separados em escolas estavam mais fragilizados e, uma a uma, as escolas seriam desocupadas. Essa percepção veio a partir da primeira desocupação feita pelo governo no dia 25 de janeiro de 2016 no Colégio Ismael Silva de Jesus. A ação contou com forte aparato e violência policial. A polícia adentrou bastante cedo no colégio e acordou estudantes por meio de agressão física. Devido à essa constatação, o comitê dos estudantes decidiu concentrar forças e ocupar a Secretaria Estadual de Educação (Seduce). O intuito de se ocupar a Seduce era também evitar a abertura do edital de qualificação das organizações sociais. O trâmite legal que escolheria as organizações sociais que iriam gerir as unidades escolares.

Todas as decisões deveriam ser tomadas pela assembleia geral do comitê das ocupações. No entanto, antes que todos os detalhes da ocupação da secretaria

estivessem ajustados, um grupo de estudantes ligado a juventudes partidárias e movimentos estudantis institucionalizados decidem, fora do ambiente da assembleia geral, ocupar a Seduce.

a gente tinha esse protagonismo de ter o controle da luta, só que os partidos sempre passavam por cima das nossas decisões e faziam outras coisas, e a gente tinha que depois correr atrás para concertar isso, por exemplo, a gente tinha um plano que era algo que a gente ia utilizar muito no futuro, caso as ocupações, caso as escolas não resolvessem que era ocupar a SEDUCE, a secretaria de educação para parar todo o trabalho de lá, e aí eles realmente prestarem atenção na gente e cancelarem o edital. Só que algumas escolas da região Noroeste de Goiânia, elas eram ocupadas majoritariamente pela juventude do PT ou por partidos como a JP, a JS, e aí essas escolas elas foram uma das primeiras a serem desocupadas, e como nas escolas como JCA, ou Lyceu que eram escolas mais autônomas, a gente já tinha tido algumas tretas com esses partidos, e a gente não permitiu que eles entrassem na escola, porque eles sempre queriam entrar com camiseta ou com bandeira. E a gente não permitia isso porque a bandeira do JCA, ou do movimento, era exatamente as OS's, não era especificamente um partido. E aí como eles não podiam participar da nossa ocupação, eles atropelaram a decisão do movimento, que era usar a ocupação da SEDUCE como um plano B que era algo que a gente tinha planejado, e ocuparam sem nenhum tipo de planejamento, eles só entraram lá na ocupação, lá na SEDUCE e tentaram ficar, só que como foi muito mal planejado, eles chegaram em um horário que já estava fechando, estava super escuro (inint) [00:24:45] eles tiveram que sair do prédio, e aí só que eles continuaram a ocupação, dentro de barracas no estacionamento. Só que isso não causou nenhum tipo de transtorno na SEDUCE especificamente, eles continuaram a vida deles normalmente. E para a gente gerou mais transtorno porque a gente perdeu um plano que a gente tinha, que a gente ia usar quando a gente precisasse deles. E eram pessoas que durante duas semanas, esse grupo específico, aconteceu um racha no momento especificamente, não é? Tinha o movimento que era um só, só que quando esses partidos somaram o lado deles, o outro lado também não quis participar.[...] E aí no dia que abriu os envelopes, porque os envelopes do edital, que são as empresas, eles iam ser abertos na SEDUCE, por isso que a gente queria ocupar a SEDUC, porque a gente queria impedir a abertura dos envelopes, só que como eles já tinham ocupado duas semanas antes da abertura, eles mudam o local de abertura dos envelopes, para um lugar muito longe (inint) [00:25:58] além de colocar uma segurança de polícia enorme, então a gente não teve nenhuma oportunidade de barrar essa abertura, e esse lado do movimento ainda chamou a MST para fazer mais número lá na ocupação da SEDUC, só que isso não gerou nada, pelo menos a meu ver, só teve gente lá tirando foto, chamando atenção [...]o movimento foi se fragmentando, foi se desfazendo, e esse pessoal da SEDUCE, da ocupação, eles fizeram um acordo com a polícia para sair, que era caso outras pessoas tentassem ocupar de novo, houvesse essa ocupação na secretaria de educação, (inint) [00:27:41] iria ser preso (entrevistada 3).

A longa citação acima descreve bem o que ocorreu. Juventudes partidárias provocaram um racha no movimento. Tomaram atitude unilateral fora do comitê e convocaram outros movimentos (por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST) que, embora tenham a expertise de ocupações, não participavam da luta dos estudantes. Fizeram acordo com o governo para ficarem apenas no

estacionamento, uma forma de ganhar visibilidade para os próprios movimentos originais, mas sem acrescentar nada à luta dos secundaristas. E, mais grave, fizeram acordo com a polícia, quando saíram da Seduce, de que se ela fosse novamente ocupada não haveria negociação e todos seriam presos.

Uma vez que havia tido esse racha no movimento, esse acordo entre os primeiros ocupantes da Seduce e polícia era desconhecido pelos outros secundaristas. Quando o comitê dos secundaristas decide ocupar a Seduce, o governo utiliza de enorme aparato policial e violência, desocupa a Seduce e prende 18 ocupantes, alguns deles menores de idade.

A violência ação policial teve repercussão nacional e até internacional. O que parecia ser um duro golpe no movimento de ocupação de escolas veio a ser o item que faltava para voltar a opinião pública definitivamente contra o governo que teve que ceder e, posteriormente, veio a cancelar o edital e a política de organizações sociais na educação.

#### **4.4 Ocupados e Conectados**

Na sociedade em rede pode-se dizer que todos os agrupamentos humanos, de uma forma ou de outra, estão presentes na internet. A presença na rede mundial de computadores é imprescindível para a transmissão de qualquer mensagem que se pretenda social. Da mesma forma que a televisão, a sociedade em rede funciona de modo binário: ou você está ou não está. “Em uma sociedade organizada em torno da grande mídia, a existência de mensagens fora da mídia fica restrita a redes interpessoais, portanto desaparece do inconsciente coletivo” (Castells, 2019).

Portanto, o mesmo ocorre com os movimentos sociais. Uma vez que a existência de um movimento social só tem razão de ser para transformar algo na sociedade em que ele está inserido, nos dias de hoje, a presença na internet é necessária. Os secundaristas goianos não fugiram a essa regra e tão logo ocuparam a primeira escola criaram uma página no Facebook, a já mencionada Secundaristas em Luta-GO.

A internet se mostrou uma ferramenta essencial aos estudantes de várias formas. Além do já referido uso para angariar doações dos mais variados tipos, a página na rede social serviu para que os estudantes contassem sua própria versão dos fatos. Desse modo, além da página central, mencionada anteriormente, cada escola possuía sua própria página. Isso se dava, pois, cada escola também tinha suas próprias demandas



de reivindicações, um caso evidente é o do JCA que lutava por sua reabertura. Mas também havia outras demandas como criação de grêmios estudantis, melhores infraestruturas, etc.

Entretanto, nada era tão simples neste movimento. Estudantes de escolas públicas em países em desenvolvimento têm grandes dificuldades materiais. O acesso à internet nem sempre era fácil, principalmente nas escolas mais periféricas da cidade.

. No Robinho especificamente a gente não produziu assim, eu estava estudando cinema na época, só que assim, eu não tinha o material sabe, para isso, eu não tinha uma câmera, não tinha um celular para fazer esse material sabe? Então os recursos eram muito escassos ali. Mas a gente... Sempre que alguém ia para casa, falava: “ou, você tem internet? Então compartilha esse vídeo que está rolando, que a gente viu no grupo e tal... olha lá meu Facebook que você vai ver, e aí compartilha o vídeo” (entrevistada 1).

A página no Facebook tinha a função de comunicação com a comunidade externa. Divulgação de atividades, pedido de doações, exposição de petições, denúncia de abusos policiais, mostrar o cotidiano das escolas, etc. Ainda hoje<sup>12</sup>, 21.068 contas de Facebook seguem a página dos Secundaristas em Luta-GO Na dinâmica da comunicação todos-todos, os secundaristas eram produtores de conteúdo de mídia de consumo de massa. Outro canal de veiculação da narrativa dos estudantes sobre os acontecimentos é o canal no Youtube do coletivo Desneuralizador. Lá eram divulgados vídeos contendo entrevistas com estudantes, eventos culturais, aulas, atos públicos nas ruas, como os cadeiraços e passeatas, confraternizações dos estudantes.

Além da dinâmica de comunicação todos-todos, as novas tecnologias da informação possuem novas formas de comunicação um-um através da internet e o telemóvel. Exemplo disso são os aplicativos de mensagem instantânea como o WhatsApp e Telegram. Este instrumento foi muito usado pelos estudantes. Mas aqui havia um uso diferente, mais estratégico. Eles eram utilizados para fazer a comunicação entre escolas no dia a dia, para além da assembleia geral. Poderiam ser utilizados em caso de urgência para avisar de algo que se passava em determinada escola a qualquer momento do dia ou da noite. Lembrando que a grande mudança da comunicação móvel não é a mobilidade em si, mas a capacidade de conexão perpétua (Castells, 2019). Neste sentido, havia casos em que os estudantes recebiam doações em créditos para telemóveis, para poderem se manter conectados. Mas os estudantes

---

<sup>12</sup> Acesso em 29/10/2020.

também tinham preocupação com suas informações e procuravam protegê-las de eventuais “espionagens”

Na época a gente parou de usar grupo no WhatsApp e começou a usar grupo no Telegram. Por questões de "Ah vão rastrear nossas conversas", não sei mais o quê. Mas sinalizava sempre no WhatsApp. Ficava mais [00:19:34] das ocupações dentro do WhatsApp lá a gente passava as informações. (entrevistado 8).

Importante observar que o governo não facilitava o acesso à internet das escolas. Primeiramente havia escolas que não possuíam acesso à internet, segundo que o governo não poupou esforços de aumentar ao máximo o sacrifício dos ocupantes na tentativa de forçarem as ocupações. Para um governo que cortou o fornecimento de energia e água de algumas escolas, a internet não seria problema. Por outro lado, os secundaristas já haviam avisado que “não tem arrego”. Para quem se dispôs a passar as festividades natalinas e de ano novo ocupando um colégio em prol de uma educação pública de qualidade, não seria a desconexão que os faria desistir. Além do mais, os estudantes eram muito engenhosos e, como visto anteriormente, contavam com um apoio social

No começo a gente não tinha [acesso a internet]. Depois que chegaram algumas pessoas lá que eram da área da informática, eles conseguiram hackear a senha do Wi-fi da escola então a gente começou a ter esse acesso lá. Porque a gente não tinha um acesso à internet de qualidade. Então a gente ficou um bom tempo com internet. Mais no finalzinho da ocupação a gente perdeu esses acessos à internet. Usava só internet móvel quem tinha acesso. (entrevistado 8).

Esta, afinal, é uma das maiores forças da Rede, sua capilaridade e forma rizomática é tão grande que nenhum centro consegue romper seus fluxos de dados. Se no Egito o governo ditatorial não conseguiu cortar completamente o fluxo de dados dos manifestantes por muito tempo na tentativa de impedir a primavera Egípcia, tampouco o governo goiano conseguiria interromper a luta dos secundaristas na tentativa de os desconectar.

#### 4.5 A Relação com os Media

Os meios de comunicação de massa, em geral, constroem uma relação conflituosa com movimentos sociais de contestação da ordem estabelecida ou que desafiam frontalmente medidas governamentais. Com o movimento de ocupação de escolas goiano não foi diferente. Desde o início reportagens de jornais impressos e televisivos

foram favoráveis à medida proposta pelo governo. Da mesma maneira, nunca houve um discurso contundente contra o processo de militarização de escolas.

Os estudantes secundaristas sentiram isso na prática no desenrolar dos eventos. Essa é uma das razões para terem feito páginas nas redes sociais digitais, terem seu próprio meio de veiculação de notícias. Nota-se que depois de certo tempo de movimento a opinião pública começa a ser mais favorável aos manifestantes, em grande parte devido às redes sociais digitais e a capacidade de comunicação independente dos estudantes. Segundo um dos manifestantes

foi uma relação assim com a mídia tradicional que a gente ficava bastante esperto com eles assim, porque uma vez a gente também estava no JCA, assim eu acho que era Natal aí O Popular que é também uma mídia tradicional pegou um tripé, a câmera e tirou a foto (inint) [00:29:34] . (inint) [00:29:40] como paparazzi, assim esperando a gente dar uma bobeira para tirar uma foto nossa. Então não era uma relação muito boa assim, criminalizava a gente bastante, mas depois isso reverteu um pouco (entrevistado 12).

Os secundaristas se queixavam que a mídia tradicional tentou criminalizar o movimento em várias ocasiões. Este episódio do Natal é relevante, pois mesmo com todo o sacrifício de ter que passar o Natal longe dos pais, da família, ainda tinham que lidar com a invasão de privacidade de jornalistas que buscavam, sem autorização do movimento fazer registro da ocupação. Além disso, por ser uma festa comemorativa, havia a intenção do jornal de flagrar estudantes consumindo drogas ou bebidas alcoólicas dentro das ocupações, algo que o governo sempre alegava como forma de desmoralizar o movimento perante a opinião pública.

Além de tentar capturar os estudantes em momentos que pudessem dar folego a uma narrativa de descriminalização, a imprensa utilizava da distorção das falas dos manifestantes quando eram feitas entrevistas.

Então tiveram muitas entrevistas e acabou que as entrevistas foram totalmente manipuladas pela Rede Globo, na época. Que é a TV Anhanguera<sup>13</sup> aqui de Goiânia. Foi muito triste, porque como a gente era muito novo, acabou que a gente pensou: "ah, a mídia vai ficar do nosso lado, porque a gente está lutando pela educação pública, pela vida dos professores, por tudo", e não foi dessa forma. Então foi bem decepcionante, na verdade. Mas, assim, hoje eu olho e fico: "é, realmente não posso esperar mais nada além disso"(entrevistada 10).

---

<sup>13</sup> Anhanguera é o apelido dado pelos índios que habitavam a região de Goiás ao líder da primeira expedição de colonização que se instalou no território goiano. O significado de Anhanguera, na língua indígena é algo como "diabo velho". TV Anhanguera é a afiliada da Rede Globo de Televisão, respectivamente as maiores emissoras de televisão de Goiás e do Brasil.

Após poucas entrevistas que os estudantes sentiram que haviam sido distorcidas, eles começaram a não permitir a entrada dos meios de comunicação nas escolas bem como se recusar a dar entrevista. A estratégia usada foi a de fazer, no máximo, pronunciamentos para os grandes meios de comunicação.

Por outro lado, havia coletivos de jornalismo e veículos de imprensa independentes que apoiavam os estudantes e tinham livre acesso às escolas e total liberdade para fazer entrevistas. Exemplos desses meios de comunicação independentes são o Desneuralizador, o Mídia Ninja, o Passa Palavra, Jornalistas Livres, entre outros.

Eles foram fundamentais nesse momento em que a mídia tradicional nos largou e isso cria uma relação diferente porque muitos eram amigos nossos de outros lugares e tudo mais então a mídia alternativa, a gente dava entrevistas a gente falava às vezes conversava sobre, mas a gente não deixava eles entrarem na escola e a mídia alternativa não, a gente dava esses livre acesso, até porque eles estavam nos acompanhando ali desde os primeiros atos, a gente teve o Coletivo Desneuralizador que ele foi extremamente importante para a gente porque sempre que estava acontecendo algum conflito em determinada escola já se entrava em contato com eles para eles irem lá e fazer a cobertura daquilo que estava acontecendo, então a gente se aliou a eles assim como uma forma de mostrar outra coisa, outra versão dos fatos, de mostrar como é que era esse dia a dia o que realmente estava acontecendo ali dentro (entrevistada 6).

#### **4.6 As Consequências do Movimento de Ocupação de Escolas nas trajetórias de seus protagonistas.**

A participação em movimentos sociais seguramente marca a vida de qualquer pessoa. Na vida de jovens, muitos dos quais nunca haviam participado de nenhum movimento político, estavam apenas iniciando sua vida na esfera pública, vivenciar algo tão intenso foi realmente marcante. Amizades foram criadas, opiniões políticas formadas e, acima de tudo, uma experiência de coletividade que, todos afirmam, jamais será esquecida.

Olha a minha vida pessoal mudou totalmente depois disso, porque foi muito aprendizado, muito mesmo assim, sem querer, foi um aprendizado que a gente entrou de cabeça aberta e colheu, vou falar a gente não, vou falar eu, eu entrei de cabeça aberta para tudo que pudesse vir e eu aprendi com tudo, eu aprendi com espírito de coletividade, eu aprendi a questão de autoestima porque a gente estava ali em uma escola ocupando um ambiente público e não tinha como ficar bonito o tempo inteiro, não tinha como ficar arrumado, cheiroso, perfumado, então eu aprendi a construir essa autoestima que antes eu era muito ligado a aparência, não sei o que... hoje também sou um pouco, mas me ensinou muito essa coisa de desapegar, do desapego, de arrumação demais, de ficar de muito nhenhém o espírito de coletividade, de preocupação, de empatia, de sentir o outro, de entender a dor do outro (entrevistado 4).

Nota-se que, para além do aprendizado político, há um aprendizado em relação ao modo de se estar no mundo, de escapar das falsas necessidades que a sociedade de consumo nos impõe nesses tempos hipermodernos. O sentimento de solidariedade, de companheirismo, o desapego de bens materiais, a recusa da vaidade são elementos adquiridos pelos estudantes que não era o objetivo do movimento, mas que também pode-se considerar uma vitória do mesmo.

Ao final, depois de todos esses percalços, o saldo do movimento, na percepção de cada um de seus participantes é de grande vitória. Não apenas porque conseguiram derrotar o projeto de implantação das organizações sociais, como também por essa experiência, esse aprendizado de vida que só se forja na luta coletiva. O amadurecimento foi sentido até no paladar

Olha, eu acho que hoje eu vejo como a única oportunidade que eu tive de gerar uma grande mudança na sociedade, eu e as pessoas que estavam comigo. Porque como eu era muito jovem, eu ainda não conseguia ver qual tipo de barreiras que existem, a gente tem uma força para encarar as coisas. Então não sei, é tanta coisa que me mudou, eu era uma pessoa e depois do JCA mas transformei em outra totalmente diferente, pessoas muito diferentes também e a gente tinha diferenças muito rica assim, um tipo de experiência, eu não sei nem explicar, que era tão diverso, era capoeira, tinha discussão política que eu nunca pensei em discutir, mudei totalmente a minha relação com a comida depois disso, eu tinha um paladar super infantil e a ocupação me fez encarar a alimentação como algo mais saudável. Mudou totalmente a minha relação com as pessoas, a maneira como eu me comunico, mudou minha visão de mundo totalmente (entrevistada 3).

O edital de convocação de organizações sociais foi fracassado. Outros foram tentados, mas também não prosperaram e as escolas goianas continuam sob gestão do poder público, da comunidade. No entanto, a vitória não foi completa uma vez que a militarização continua e agora até como modelo para o governo federal de Jair Bolsonaro. No entanto, o saldo do movimento é, definitivamente, de vitória.

As trajetórias de vida de todos esses estudantes, professores e apoiadores em geral foi marcada pelo movimento. Nem todos seguem na luta política, mas alguns sim, inclusive como candidata a vereadora por Goiânia. Alguns já trabalham outros ainda estudam e uns trabalham e estudam. Mas todos sabem que uma sociedade melhor se faz pela solidariedade e pela luta.



## Conclusão

A presente pesquisa buscou realizar uma descrição da organização e atuação do movimento de ocupação de escolas em Goiás realizado entre os anos de 2015 e 2016, também chamado de Secundaristas em Luta-GO, com o intuito de responder à seguinte pergunta: qual a importância da cibercultura e das tecnologias da informação e comunicação para a concepção e atuação do movimento de ocupação de escolas secundárias de Goiás? Apresenta-se nesta conclusão as respostas a tal pergunta bem como a confirmação ou refutação das hipóteses de partida.

O Estado de Goiás vivia o primeiro ano do quarto mandato daquele que foi o mais longo governador do estado na democracia. Além do contexto estadual, havia, na sociedade brasileira, o retorno da hegemonia neoliberal que favorecia a tomada de medidas liberalizantes em todas as esferas da vida social. Neste contexto, o governador, de poder político renovado, tinha como uma de suas principais intenções de governo transferir a gestão das escolas públicas estaduais para a iniciativa privada. Poucos imaginavam que um projeto de tamanha prioridade pudesse fracassar devido à atuação de adolescentes e jovens que decidiram se unir em prol de uma causa comum, a educação pública.

Através das entrevistas em profundidade com participantes do movimento pode-se verificar o repertório de ações coletivas utilizado. Chama a atenção a criatividade dos secundaristas para ampliar o tanto quanto possível, e exigido pelas circunstâncias, seus modos de ação. Neste contexto a internet, o uso das redes sociais digitais foram um entre tantos modos de atuar e sustentar as ocupações e seu valores. Mas, seguramente, o principal modo de ação dos estudantes foi a estratégia de ocupação, tanto das escolas quanto da Seduce. No mesmo sentido, a internet não foi a responsável pela concepção do movimento nem sua maior fonte de inspiração. Em todos os momentos encontros presenciais foram a mais desejável forma de discussão, deliberação e ação dos estudantes. Neste sentido, a internet se mostrou como uma importante, mas apenas mais uma, ferramenta para a ação coletiva.

Ademais, o movimento foi forjado, não no espaço de fluxos das informações na rede, mas no espaço de lugares em que os estudantes mais eram familiarizados, a escola. Foi o contato com os professores, o exemplo visto a olho nu enquanto os professores protestavam e debatiam as consequências das medidas propostas que os secundaristas

se informaram do que estava para acontecer com suas escolas e se inspiraram a entrar na luta com todo o vigor da juventude. Sem o que ocorria na concretude do chão da escola, as páginas na rede seriam apenas virtuais, apenas a potência de mudança, mas não a mudança real.

Por outro lado, a importância da internet não pode ser subestimada na era da informação. A inserção em seus canais de comunicação é primordial para que o movimento rompa suas próprias fronteiras e seus valores sejam conhecidos por parcela maior da população. As páginas de Facebook e os canais do Youtube utilizados pelo movimento serviam para aumentar a quantidade e ativar os “laços fracos” do movimento com outros grupos da sociedade. Outras ferramentas das TIC serviam para reforçar os “laços fortes”, por exemplo o WhatsApp e o Telegram que possibilitavam o contato permanente de modo a manter a rede de escolas ocupadas em comunicação umas com as outras.

Dessa forma, reconhece-se que a cibercultura é elemento fundamental na organização e atuação dos movimentos sociais contemporâneos. Sua característica de rede e recusa de hierarquias parece bastante eficiente em um mundo com a democracia representativa e o sistema político partidário em descrédito e os sindicatos cada vez mais fracos devido às transformações laborais e de atuação estatal.

Também a atuação concreta, não apenas ocupando escolas, mas também nas ruas enfrentando a polícia, debaixo de chuva, fechando cruzamentos de importantes avenidas, panfletando, pedindo doações no sinal, conversando com comerciantes locais e, sobretudo, convivendo uns com os outros dia e noite é que fez com a vida de cada um dos participantes mudasse. Suas trajetórias de vida jamais serão as mesmas depois de terem protagonizado esta luta. Relatos de amadurecimento em aspectos que, visto de fora ou apenas pelas redes, seriam impossíveis de imaginar.

O caminho pela transformação social passa em aprender o que as novas tecnologias colocam a nossa disposição, mas sem cair no canto da sereia de que o mundo se dá nas redes e que a luta virtual e disputa de narrativas digitais bastam. A luta sempre se fez e, provavelmente, sempre se fará nas ruas, praças, chão de fábrica ou na quadra de uma escola.



## Referências Bibliográficas

- Adorno, T. (1985). *Dialética do esclarecimento*. Companhia das Letras.
- ALEGO. (2005) *LEI N° 15.503, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2005*.
- ALEGO. (2015). *LEI N° 15.503, PROCESSO N° 201500006020341, DESPACHO N° 596 /2015, 2015*.
- Alonso, A. (2012). *Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito*. Sociologia & antropologia, 2(3), 21-41.
- Azevedo, J.C., Reis, J.T, (2018). *Políticas Educacionais no Brasil Pós-Golpe*. Centro Universitário Metodista IPA.
- Batista Jr, P. N. (1996). *O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina*. Estudos Avançados, 10(28), 127-197.
- Becker, H. S. (1996). *The epistemology of qualitative research*. Ethnography and human development: Context and meaning in social inquiry, 27, 53-71.
- Becker, H. S. (2007). *Telling about society*. University of Chicago Press.
- Bedin, G. A. (2002). CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. *Revista Direito em Debate*, 11(16-17).
- Brandão, L. C. (2011). *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular* (Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo).
- Bresser-Pereira, L. C. (2001). *Do Estado patrimonial ao gerencial*. Letras, 222, 259.
- Brito, N. M. C. D. (2017). *O movimento do protesto: discurso digital e manifestações de reivindicação de direitos sociais no espaço público-os casos de " Rios ao Carmo" e " Dentro de Ti Ó Cidade" durante as celebrações do 40º aniversário do 25 de Abril*.
- Campos, A. M., Medeiros, J., & Ribeiro, M. M. (2016). *Escolas de luta*. Editora Veneta.
- Castells, M. (2018). *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2019). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castilho, D.M.A., (2018). *Era ele, e era eu: atravessamentos entre gênero e horizontalidade em narrativas de ocupação estudantil secundarista*. Dissertação

(Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio) - Pontifícia Universidade Católica Do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Charles, S., & Lipovetsky, G. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.

Colin, D., Pereira, J. M. F., & Gonelli, V. M. D. M. (2013). *Gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda: alguns apontamentos sobre a experiência brasileira*. Coletânea de Artigos Comemorativos dos, 20, 100.

CONGRESSO NACIONAL. (2019) *Nota Técnica Conjunta N° 4, de 2019 Subsídios à apreciação do Projeto de Lei Orçamentária para 2020 (PL n° 22/2019-CN)*.

CPMG. (1998) *Regimento Escolar*. 1998.

Crestani, D. A., & de Oliveira, C. C. (2018). Que tipo de estado de bem-estar social é este? *Revista Eletrônica Científica da UERGS*, 4(2), 299-319.

Cunha, J.B.C., (2019). Educação, juventudes e participação política: os sentidos atribuídos pelos jovens à ocupação de escolas em Goiás entre 2015 e 2016. 248 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

Demo, P. (1995). *Metodologia científica em ciências sociais*. Atlas.

Desneuralizador Brasil. (2018, Novembro). *Não Tem Arrego*. Retirado de [[https://www.youtube.com/watch?v=ID6cDDTHSsw&t=3558s&ab\\_channel=DesneuralizadorBrasil](https://www.youtube.com/watch?v=ID6cDDTHSsw&t=3558s&ab_channel=DesneuralizadorBrasil)]

Dowbor, M., & Szwako, J. (2013). *Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013*. Novos estudos CEBRAP, (97), 43-55.

Duque, J. M. (2016). *Utopias neognósticas do pós-humano na cibercultura. Para uma leitura filosófico-teológica*. Perspectiva Teológica, 48, 163-182.

Esping-Anderson, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Polity Press.

Estanque, E. (2015). *Classe média e lutas sociais: ensaio sobre sociedade e trabalho em Portugal e no Brasil*. Editora UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas.

Federal, S. (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

Ferreira, A. C. (2016). *A Constituição ainda é uma escolha política? A prova do tempo: 40 anos de Constituição*, 133-156.

Ferreira, A. C. (2016). *Política e Sociedade: Teoria social em tempo de austeridade-2ª Edição*. Vida Econômica Editorial.

- Fiori, J. L. (1997). Estado de bem-estar social: padrões e crises. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 7, 129-147.
- França, J. R. M. D., & Costa, N. D. R. (2011). *A dinâmica da vinculação de recursos para a saúde no Brasil: 1995 a 2004*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16, 241-257.
- Gomes, R.R., (2016). *Análise do Censo Escolar da Educação Básica 2015 – As Escolas Militares em Foco*. Instituto Mauro Borges (IMB).
- Gomes, R.R., Arriel, M.F., (2015). *Análise do Censo Escolar da Educação Básica 2014*. Instituto Mauro Borges (IMB).
- Grin, E. J. (2013). *Regime de Bem-estar Social no Brasil: três períodos históricos, três diferenças em relação ao modelo europeu social-democrata*. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 18(63).
- Günther, H. (2006). *Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?*. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 22(2), 201-209.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna* (Vol. 2). Edições Loyola.
- Ketzer, A. M. (2018). *“Lutar também é educar”: o potencial político e educacional do movimento estudantil secundarista brasileiro nas escolas e redes sociais online (2015-2016)*.
- Lavinas, L., & Moellmann Ferro, T. A. (2014). *A long way from tax justice: the Brazilian case* (No. 22). Global Labour University Working Paper.
- Lobato, L. D. V. C. (2016). *Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro*. *Saúde em Debate*, 40, 87-97.
- Medeiros, J., & Januário, A. Rúrion Melo, eds. 2019. *Ocupar e Resistir: Movimentos de Ocupação de Escolas Pelo Brasil (2015–2016)*.
- Paiva, A. B., Mesquita, A. C. S., Jaccoud, L., & Passos, L. (2016). *O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Pierre Levy. (2010). *Cibercultura*. Editora 34.
- Portugal, S. (2007). *Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica*.
- Poupart, J., Deslauriers, J. P., Groulx, L. H., Laperriere, A., Mayer, R., & Pires, A. (2014). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*.
- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*.

Real, D., & Secundarista, P. (2016). *Engajamento Estudantil nas Ocupações de Vitória-ES em 2016*. 2016. 159f (Doctoral dissertation, Tese (Mestrado em Ciências Sociais)– Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo).

Rocha, E. (2008). *A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios*. VAZ, Flavio Tonelli; MUSSE, Juliano Sander; SANTOS, Rodolfo Fonseca (Coords.), 20, 131-148.

Rocha, G. P. N., Lalanda-Gonçalves, R., & Medeiros, P. D. (2017). *Juventude (s): pensar e agir*. Edições Húmus.

Rüdiger, F. (2011). *As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores*. Porto Alegre: Sulina, 10-20.

Santos, B. D. S. (1987). *Estado, sociedade, políticas sociais: o caso da política de saúde*.

Santos, B. D. S. (2003). *Poderá o direito ser emancipatório?*. Revista crítica de ciências sociais, (65), 03-76.

Secundaristas em Luta – GO. (2015). Retirado de [[https://www.facebook.com/secundaristasnalutago/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/secundaristasnalutago/?ref=page_internal)]

Segundo, H. D. B. M. (2017). *Emenda Constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos*. Revista Controle-Doutrina e Artigos, 15(2), 22-40.

Singer, A. (2013). *Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas*. Novos estudos CEBRAP, (97), 23-40.

Souza, J. (2015). *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. Leya.

Souza, J. (2018). *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Sextante.

Tavolari, B., Lessa, M. R., Medeiros, J., Melo, R., & Januário, A. (2018). *As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): entre a posse e o direito à manifestação*. Novos estudos CEBRAP, 37(2), 291-310.

Tilly, C. (1978). *From mobilization to revolution*. McGraw-Hill Education.

Tilly, C. (2004). *Social Movements 1768-2004*. Boulder. Colo.: Paradigm.

Turner, B. S. (1993). *Contemporary problems in the theory of citizenship*. Citizenship and social theory, 24, 1-18.

Vieira, F. S., & Benevides, R. P. D. S. (2016). *Os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Yörük, E. (2013). *O longo verão da Turquia: entendendo o levante Gezi*. Novos estudos CEBRAP, (97), 57-66.

Žižek, S. (1949). *Em defesa das causas perdidas*. Boitempo Editorial.

Žižek, S. (2015). *O ano em que sonhamos perigosamente*. Boitempo Editorial.

## **Apêndices**

### **Apêndice I – Guião de entrevistas**

#### **GUIÃO PARA ENTREVISTAS.**

Apresento-me novamente.

Aviso sobre a gravação da entrevista.

Digo a finalidade da entrevista e o tipo de pesquisa que estou a realizar, bem como a instituição de ensino a que me vinculo.

#### **Apresentação.**

- 1- Qual sua idade e qual idade na época da ocupação?
- 2- Qual sua atividade atual (trabalho, estudo)?
- 3- Em qual escola cursou o ensino médio?
- 4- A escola era próxima da sua casa?
- 5- Como era sua relação com professores/funcionários da escola?
- 6- Existia grupos estudantis na escola (por exemplo, grêmios)? Se sim, você participava?
- 7- Houve outro(s) movimento(s) que serviu de inspiração a este? Qual?

#### **O Movimento de ocupação de escolas.**

- 1- Quais as pautas reivindicadas pelos estudantes?
- 2- A partir de qual momento os estudantes começaram a se organizar em prol dessas pautas?
- 3- Como foram as primeiras mobilizações em prol dessas pautas?
- 4- Como foi organizado o movimento? Havia líderes?
- 5- Neste primeiro momento, houve participação de outros grupos interessados, além dos alunos?
- 6- A relação com os outros grupos que participavam do movimento continuou a mesma após as ocupações? Eles também participaram da decisão de ocupar as escolas?
- 7- A partir de qual momento foi decidido ocupar as escolas? Porque?

#### **As ocupações de escolas.**

- 1- Como era a organização da ocupação das escolas?
- 2- Vocês receberam orientação de como ocupar uma escola? De que forma?
- 3- Como se deu a tomada de decisão de ocupar escolas?
- 4- As decisões mais importantes do movimento seguiram o mesmo modus operandi de tomada de decisão?
- 5- Houve alguma decisão importante que fugiu a esse padrão? Se sim, quais as consequências para o movimento dessa decisão tomada de forma diferente?
- 6- Como era feita a comunicação entre as diferentes escolas? Quais ferramentas eram utilizadas?
- 7- Vocês tinham fácil acesso à internet? Seja a da escola seja por smartphones?
- 8- Como se dava a comunicação entre as ocupações e a comunidade externa para garantir doações? Seja comida, materiais de limpeza, seja aulas ou atividades culturais.

#### **Relação com a mídia.**

- 1-Como foi a relação de vocês com os meios de comunicação tradicionais?
- 2-Como foi a relação de vocês com os meios de comunicação alternativos/comunitários? Pode citar alguns?
- 3-Quais meios vocês utilizaram para divulgar suas atividades durante a ocupação?
- 4-Além da página “Secundaristas em luta-GO, houve outras páginas do movimento no facebook?
- 5- Além do facebook, quais outras mídias sociais foram utilizadas pelo movimento? De que forma?

#### **Pós ocupação**

- 9- Qual foi o saldo do movimento para você?
- 10- Você se mantém atuante em algum movimento social? Se sim, qual?
- 11- O que você considera que a participação no movimento influenciou em sua vida pessoal?





## **Apêndice II – Caracterização dos entrevistados.**

### **Entrevistada 1**

**Idade:** 25 anos. Possuía 20 anos na época das ocupações.

**Atividade atual:** estuda teatro e trabalha como atriz e arte educadora.

**Escola que ocupou:** Colégio Estadual Robinho Martins de Azevedo.

### **Entrevistada 2**

**Idade:** 21 anos. Possuía 16 anos na época das ocupações.

**Atividade atual:** Estuda História e trabalha.

**Escola que ocupou:** Colégio estadual José Carlos de Almeida.

### **Entrevistada 3**

**Idade:** 22 anos. Possuía 17 na época das ocupações.

**Atividade atual:** estuda e trabalha como autônoma

**Escola que ocupou:** esteve em várias ocupações diferentes, mas a que passou mais tempo foi o Colégio Estadual José Carlos de Almeida.

### **Entrevistado 4**

**Idade:** 22 anos. Possuía 17 na época das ocupações.

**Atividade atual:** estuda publicidade e realiza estágio

**Escola que ocupou:** Colégio Estadual Cecília Meirelles.

### **Entrevistado 5**

**Idade:** 32 anos. Possuía entre 28 e 29 anos na época das ocupações

**Atividade atual:** trabalha

**Escola que ocupou:** Instituto Educacional de Goiás (IEG)

### **Entrevistada 6**

**Idade:** 21 anos. Possuía 16 na época das ocupações.

**Atividade atual:** estudante de artes visuais

**Escola que ocupou:** Colégio Estadual José Carlos de Almeida

### **Entrevistado 7**

**Idade:** 21 anos. Possuía 16 na época das ocupações.

**Atividade atual:** estuda história e faz alguns trabalhos eventuais

**Escola que ocupou:** Lyceu de Goiânia

#### **Entrevistado 8**

**Idade:** 22 anos. Possuía entre 18 na época das ocupações

**Atividade atual:** estuda publicidade e trabalha em empresa de marketing

**Escola que ocupou:** Lyceu de Goiânia

#### **Entrevistada 9**

**Idade:** 22 anos. Possuía 17 na época das ocupações

**Atividade atual:** estudante de psicologia

**Escola que ocupou:** Não dormiu em escolas. Mas ia diariamente às escolas em busca de informações e promover contato entre escolas. Frequentava escolas da região central Lyceu de Goiânia. Instituto Educacional de Goiás e Colégio Estadual José Carlos de Almeida.

#### **Entrevistada 10**

**Idade:** Possui 21 anos. Possuía entre 16 e 17 anos na época das ocupações.

**Atividade atual:** estuda marketing e faz estágio.

**Escola que ocupou:** Colégio Estadual Pré-Universitário

#### **Entrevistado 11**

**Idade:** 26 anos. Possuía 21 na época das ocupações.

**Atividade atual:** Psicólogo

**Escola que ocupou:** Colégio Estadual José Carlos de Almeida

#### **Entrevistado 12**

**Idade:** 22 anos. Possuía 17 na época das ocupações.

**Atividade atual:** estuda História e trabalha em Telemarketing

**Escola que ocupou:** Lyceu de Goiânia.